

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por
violência física contra seus filhos.**

Thaís Thomé Seni da Silva e Oliveira

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP, como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Ciências,
Área: Psicologia.

Ribeirão Preto - SP

2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por
violência física contra seus filhos.**

Thaís Thomé Seni da Silva e Oliveira
Profª Drª Regina Helena Lima Caldana

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP, como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Ciências,
Área: Psicologia.

Ribeirão Preto - SP

2006

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Thaís Thomé Seni S.

Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra seus filhos. Ribeirão Preto, 2006.

107 p.: il 30cm.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação.

Orientador: Caldana, Regina Helena Lima

1. Violência Física Doméstica. 2. Práticas Educativas 3. Intervenção com famílias

FOLHA DE APROVAÇÃO

Thaís Thomé Seni da Silva e Oliveira

Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra seus filhos.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ªDr^ª: _____

Instituição: _____

Prof^ªDr^ª: _____

Instituição: _____

Prof^ªDr^ª: _____

Instituição: _____

À minha mãe Sara, que além de toda maternagem comigo pela vida, me ensinou a gostar de aprender, conhecer e descobrir; e cuja história faz parte das questões que me fiz neste trabalho.

À Giovanna, que está chegando em minha vida para transformá-la e deixá-la repleta de cores. Para me ensinar sentidos e afetos que enriquecem e enriquecerão a cada dia a pessoa, a pesquisadora e a profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Professora Regina Caldana, minha orientadora, que eu tenho certeza se tratar de alguém que “os anjinhos” colocaram em minha vida para me ajudar a trilhar esse caminho de investigações e descobertas científicas do ser humano e suas relações na família. Agradeço a confiança, os nortes que me apresentou e o acolhimento comigo e com a Giovanna, que surgiu no meio desta história toda!

Ao Rodrigo, que me acompanha na vida e no gosto pela ciência, e com quem começo a partilhar a maior aventura de todas: receber e cuidar deste serzinho que está chegando em nossas vidas.

Às amigas Juliana Fernandes, Marisley e Ariane, pelo afeto da amizade que não se perde e pelas conversas que muito me ajudaram a refletir sobre questões do trabalho.

Às professoras Maria das Graças Bonfim de Carvalho e Paola Biasoli Alves, que compuseram a banca examinadora deste trabalho e cuja contribuição foi essencial para o amadurecimento da pesquisa e da pesquisadora.

À toda equipe da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP – USP, em especial à Isilda, Denise Cremonesi e Robinson, que nos bastidores deram todo o apoio necessário de maneira eficiente e atenciosa.

Ao Conselho Tutelar da cidade de Barretos – SP, que a todo momento se mostrou disponível a colaborar e facilitar o acesso às pessoas entrevistadas.

E finalmente, aos pais e mães que compartilharam suas histórias comigo e cuja colaboração tornou possível o estudo. Janete, Paulo, Vânia, Denise, Michel e Augusto, a vocês agradeço a confiança e a disposição.

*“ Chegou e não falou nada. Não tomou a benção. Pai estava lá. –
“O que é que esse menino xixilado tá pensando? Tu toma a
benção?!”Tomou a benção baixinho, surdo. Ficava olhando para o
chão. Pai já estava encostado nele, como boi bravo. Miguilim desquis
de estremecer, ficou em pau, como estava. Já tinha resolvido: Pai ia
bater, ele agüentava, não chorava, Pai batia até matar. Mas, na hora
de morrer, ele rogava praga sentida. Aí pai ia ver o que acontecia.
(...)”*

Manuelzão e Miguilim - João Guimarães Rosa

Resumo

OLIVEIRA, Thaís Thomé Seni S. **Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra seus filhos.** 2006. 107p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto/SP, 2006.

A família além de vivida cotidianamente, é pensada, refletida e pesquisada com diferentes enfoques e objetivos, por diferentes perspectivas teóricas, práticas e metodológicas. Para se estudar a família é preciso antes de tudo desnaturalizá-la e recuperar sua própria história, pois os modelos que hoje temos são resultados de processos de transformação da forma de se ver e educar a criança, como também do contexto social, histórico e cultural em que vivemos. Isso inclui o fenômeno da Violência Doméstica, e mais especificamente o uso de violência física de pais contra filhos, que persiste de forma endêmica em nosso contexto, apesar das modificações ocorridas na visão da criança e das práticas educativas na família ao longo do tempo, constituindo um problema de saúde pública, e requerendo estratégias de intervenção por parte dos serviços de saúde e desenvolvimento social. O presente trabalho tem o objetivo de investigar, junto a pais e mães com histórico de violência física contra seus filhos, a visão sobre o que é educar uma criança, sobre seu papel de pai/mãe e sobre as conseqüências de seus comportamentos sobre o filho. Busca, dessa forma, trazer contribuições para uma melhor compreensão do problema da agressão física de pais contra filhos, necessária a programas de intervenção que ultrapassem ações punitivas e de cunho imediatista, visando transformações nas relações familiares a partir da consideração da ótica do agente agressor. Os entrevistados são pais e mães denunciados por agressão física contra os filhos ao Conselho Tutelar de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. O modelo de entrevista utilizado é denominado “história de vida temática”, que prevê inicialmente o relato da história de vida do entrevistado, complementada por um conjunto de tópicos previamente definidos pelo pesquisador. Optou-se pela não delimitação prévia do número de sujeitos, utilizando-se o ponto de saturação. Dessa maneira, foram realizadas seis entrevistas, tendo sido gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. A análise dos dados aponta inconsistências entre as concepções parentais a respeito do que é educar e de seu papel como educadores e as práticas educativas que utilizam com os filhos no cotidiano. Evidencia dificuldades dos pais em utilizar recursos educativos alternativos à punição física e uma naturalização cultural do bater como forma de colocar limites e disciplinar a criança; aponta também a falta de suporte social e econômico dos pais como fatores de risco e de estresse, e a necessidade de implementar programas de intervenção que promovam a integração entre suas concepções e práticas como educadores.

Palavras-chave: Violência Física Doméstica, Práticas Educativas, Intervenção com famílias

Abstract

OLIVEIRA, Thaís Thomé Seni S. **Is educate punishing? Understanding the points of view of parents disclosed for physical violence against their children.** 2006. 107 p. Dissertation (Master`s Degree). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto/SP, 2006.

Nowadays, family is investigated, studied and the object of research of many theoretical perspectives, with different goals and methodologies. However, in order to study the family it is necessary to rescue its history, because the present models we have are the final result of a complex process of social, historical and cultural transformation, and also changes in the ways we see the childhood, what do parents expect from their children and the childrearing practices used to get to the educational goals. Domestic violence is included in all this process, especially the physical violence that parents use against their children, and that constitutes a public health problem in our context. The main objective of this research is to investigate points of view of parents that use physical violence against their children, their conceptions about the educational process, their role as parents and the consequences of their actions in the child`s development. In this direction, it searches contributions to understand the problem of physical violence of parents against their children, to improve intervention programs that overcome punitive actions, seeking effective transformation in family relationships, considering the parent`s point of view. The study was performed in a city of State of São Paulo through interviews with three mothers and three fathers from different families, that had been disclosed for physical violence against their children. Methodology was constructed in a qualitative perspective, using a model of semi-structured interview called “ Thematic Life History”, where participants expose their personal history since their childhood, followed by a previously defined list of topics. Interviews were recorded, transcribed and qualitatively analyzed. Data analysis revealed that parent`s conceptions are not corresponding to their every day actions with their children; the difficulty of parents at knowing or using alternative and non-violent chidrearing practices and a cultural and historical naturalization of the use of physical punishment to establish limits and discipline the child. It also points out the parents` low social and economical support as a risk factor and as the cause of stress for the studied families as well as the necessity of changes in intervention programs to offer the possibility of joining parents conceptions and practices, aiming the improvement of child`s positive global development.

Key-words: Physical domestic violence; childrearing practices, family intervention programs

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	1
ABUSO, MAUS TRATOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VITIMIZAÇÃO.....	2
OS POR QUÊS DA VIOLÊNCIA FÍSICA DE PAIS SOBRE SEUS FILHOS.....	5
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE FAMÍLIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS	9
PRÁTICAS EDUCATIVAS E VIOLÊNCIA FÍSICA DOMÉSTICA	14
SER PAI, SER MÃE, SER FILHO: A CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS, CRENÇAS E PRÁTICAS PARENTAIS:	17
VALORES PARENTAIS, METAS FAMILIARES E PRÁTICAS EDUCATIVAS	19
POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO: A ATUAÇÃO FRENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	22
II- MÉTODO	27
1-) INSTRUMENTOS: A ENTREVISTA	28
2-) PARTICIPANTES	30
3-) PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS	32
4-) ANÁLISE	33
III – ANÁLISE DOS DADOS	35
RETRATOS DE HISTÓRIAS, RELATOS DE VIDA.....	35
IIIa - Retratos	35
Retrato 1: Janete.....	35
Retrato 2: Paulo.....	37
Retrato 3: Vânia	40
Retrato 4: Denise.....	46
Retrato 5: Michel	50
Retrato 6: Augusto.	54
IIIb - Álbum: Os sentidos do vivido, os sentidos do sentido.....	58
IIIb-1 Infâncias: histórias de seis crianças	58
Vivência de punições físicas	58
O pai: “tão longe, tão perto”.....	60
Avaliação da educação recebida:.....	63
IIIb-2 Reflexões a respeito do próprio papel: pais e mães diante do espelho.....	65
Educar é punir? Concepções sobre o educar e formas de disciplinamento utilizadas:	69
Reflexões dos pais a respeito do bater:.....	72
Preocupações atuais com os filhos	73
O ideal de adulto para o filho: “ser o que eu não pude”	74
IV- DISCUSSÃO.....	77
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
VII - ANEXOS	95
ANEXO A – ROTEIRO DE TÓPICOS NORTEADORES E COMPLEMENTARES	97
ANEXO B: GENETOGRAMAS	99
ANEXO C: CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FFCLRP – USP....	105
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107

I – INTRODUÇÃO

Qual é a melhor maneira de se educar um filho? Esta é uma questão que muitos pais e mães se fazem atualmente. Cada vez mais, estudiosos do desenvolvimento humano e das relações familiares, assim como a mídia e os meios de comunicação em massa, como programas de televisão, jornais, revistas e outros; enfatizam a importância da relação entre pais e filhos desde seu início, ou seja, desde a gestação e os primeiros anos de vida desse novo ser que chega ao mundo.

A família é o manto que acolhe esta nova vida, é quem se torna responsável pelos cuidados, pela sobrevivência e pelo desenvolvimento do ser neste processo do tornar-se humano.

Por outro lado, esta família, ou estas famílias, inserem-se num universo sócio-cultural historicamente datado, que influenciará as maneiras pelas quais se estrutura e através do qual ocorrem relações entre seus integrantes, estratégias de organização dos papéis, dos afetos, do dia-a-dia e de sua sobrevivência econômica.

Uma das expressões desta organização familiar é a forma e os recursos utilizados pelos pais ou responsáveis para educar a criança, ou seja, as práticas educativas das quais lançam mão em seu papel de educadores. Tais recursos refletem dimensões culturais, sociais e individuais de concepções, crenças e expectativas em relação à criança e seu desenvolvimento.

Dentro deste contexto, existem famílias que fazem uso de punições físicas como “surras”, palmadas, beliscões, chegando a níveis graves de agressão contra o corpo da criança, que podem causar queimaduras, fraturas e outras lesões. Atualmente tais práticas são consideradas manifestações de violência e são passíveis de punição para quem as pratica.

Porém, buscando compreender o fenômeno, podemos nos perguntar: o que leva um pai ou mãe a praticar a agressão física contra seu filho? Quais são as concepções, crenças e vivências que estão por trás deste fenômeno? E mais além, como podemos ajudar estas famílias a utilizar outros recursos para educar seus filhos?

Estas questões foram surgindo ao longo de meu contato com crianças e famílias em meu trabalho como psicoterapeuta de crianças e adultos na rede pública de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Neste espaço da psicoterapia são reveladas histórias de vida, histórias de relações com pai, mãe, irmãos e tios. Histórias de sentimentos vividos por crianças e também por adultos que trazem suas crianças sofridas, caladas pela autoridade exercida com agressão e sem explicação. Crianças querendo colo, precisando ser orientadas e corrigidas, mas precisando também se sentir amadas, sentir segurança no afeto e na presença de quem dela cuida ou cuidou.

As histórias ecoam e as vozes contam dor, dor do filho, do filho do filho, da mãe e do pai. Dores de famílias que pedem ajuda para que possam ser espaço de afeto, crescimento e aprendizagem mútua, de resolver conflitos e conviver de maneira mais construtiva, proporcionando um lugar seguro para suas crianças e seus adultos.

Abuso, Maus tratos, Violência Doméstica, Vitimização.

A Violência na família pode ser pensada como um dos produtos de uma violência estrutural, inerente à sociedade em que vivemos, onde modos de produção e distribuição de renda desiguais geram violência entre classes sociais distintas. Mas é também um tipo especial de violência que engendra outros determinantes, permeando todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal (GUERRA, 2001). Minayo (2002) coloca que seja qual for o contexto histórico e social, a violência de pais contra filhos está sempre vinculada

ao processo educativo, tendo sido considerada, em todos os tempos, como instrumento de socialização e, portanto, resposta automática a desobediências e rebeldias. A autora considera também que o uso da agressão física como punição torna-se um meio de manter a homeostase emocional coletiva.

Devemos ressaltar que o tema é complexo, chegando a ser polêmico, e envolve aspectos em diversos níveis. Para resgatarmos o real significado e uso do termo “violência física doméstica” no contexto das práticas educativas, devemos trazer duas questões: “o que é educar? E “o que é violência?” Atualmente, pais e educadores confusos e sem referenciais se perguntam: violência é quando se espanca o filho? Dar palmadas é violência? Como posso educar meu filho sem lhe dar algumas palmadas? Assim, para os propósitos de nosso trabalho, faz-se necessário considerar os níveis de violência praticada contra a criança, o contexto sócio-cultural em que se insere a família, a rede de apoio social que recebe e a investigação das concepções e práticas que circulam a respeito do que é educar um filho.

Retomando a definição do que constitui violência de pais contra filhos, podemos observar que existem divergências teóricas a respeito do assunto, inclusive no universo científico, no que se refere a termos e conceitos. Giovannoni (1993) discute o problema das diferentes definições do fenômeno advindas das diferentes áreas, principalmente a médica, a jurídica e de assistência social, e propõe que para se definir o que é abuso deve-se partir do conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e adolescente, da frequência e intensidade dos danos causados à criança, bem como das possíveis conseqüências para seu desenvolvimento.

Segundo Vicente (2002), a violência física de pais contra a criança resulta de um conflito de gênero ou de gerações, decorrente de uma forma de lidar com as diferenças onde estas são transformadas em relação entre superiores e inferiores, sendo o mais fraco tratado como objeto.

Referindo-se às diferentes dimensões que envolvem o tema, Assis (2002) considera que a violência tem profundos enraizamentos nas estruturas sociais, econômicas e políticas, como também nas consciências individuais, estabelecendo uma relação dinâmica entre condições dadas e subjetividade. Ainda segundo a autora, a dimensão subjetiva é um dos fatores que mais dificulta a compreensão da forma como a violência afeta o ser humano.

Partindo para uma sistematização dos tipos de violência contra a criança no ambiente doméstico, Guerra (2001) e Day et al (2003) consideram quatro tipos de violência:

- **Violência Sexual:** que envolve atos hetero ou homossexuais entre um adulto e indivíduos menores de 14 anos, com ou sem consentimento dos mesmos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou adolescente visando obter estimulação sexual para si ou outrem.
- **Negligência:** consiste na falha ou omissão dos pais ou responsáveis em prover as necessidades físicas e emocionais dos filhos, desde que a falha não seja mero resultado de condições de vida que estejam fora de seu domínio; segundo Day et al (2003) o risco deste tipo de violência aumenta significativamente em famílias uniparentais.
- **Violência Psicológica:** é a forma mais subjetiva e por isso mais difícil de ser identificada. Consiste em ameaças ou depreciamento por parte do adulto que provoquem sofrimento mental à criança; muitas vezes está associada a outros tipos de violência.
- **Violência Física:** Day et al (2003) afirmam que este é o tipo mais frequente de violência, porém, como vimos anteriormente, não existe definição consensual entre os autores a respeito deste tipo de violência. Giovannoni (1993) discute e problematiza a questão das diferentes definições do que se considera violência física, partindo de um *continuum* que vai de tapas e beliscões até graves espancamentos de crianças, e de diferentes denominações como síndrome, abuso físico, maus tratos físicos e violência física.

Nesse sentido, Kaplan (1996) define abuso físico como qualquer prejuízo físico causado a uma criança abaixo de dezoito anos, por seu responsável, sob circunstâncias que indiquem que sua saúde e bem-estar estão prejudicados ou ameaçados. Guerra (2001), em seu estudo sobre as diferentes concepções e definições, diferencia dois posicionamentos em relação ao fenômeno: aqueles que consideram violência física se existe **dano**, ou seja, se há presença de ferimentos ou sintomas da agressão no corpo da criança; e aqueles que incluem sob tal rubrica todos os atos que causem **dor física**, ainda que não deixem marca visível. Segundo Day et al (2003) a tendência mundial é considerar violência toda modalidade ou ato disciplinar que atinja o corpo da criança ou adolescente.

O Estatuto da Criança e Adolescente (1990, Art.98) não especifica tipos ou graus de violência, prevendo medidas de proteção à criança e ao adolescente nos casos: I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III- em razão de sua conduta.

Os Por Quês da Violência Física de pais sobre seus filhos

Muitos são os mitos acerca do tema violência física de pais contra filhos. Zigler e Hall (1993) definem três principais mitos: **1-) A ideologia do “eles” versus “nós”**: segundo os autores, tal mito tem a função de defesa e distanciamento dos pais agressores por considerá-los basicamente diferentes de outros pais, seja por doença, distúrbio mental ou social. **2-) Nível socioeconômico**: o abuso infantil seria um fenômeno das famílias de classes populares; **3-) Transmissão intergeracional do comportamento abusivo**: traz a idéia reducionista de que todo pai agressor já foi abusado e toda criança agredida será um agressor.

Os mitos estão muito presentes no imaginário social, incluindo profissionais da área da saúde. Gomes et al (2002) investigaram as explicações a respeito das causas de violência

física contra crianças e adolescentes dadas por profissionais da saúde através da revisão da literatura pediátrica. Os autores relatam que a explicação mais recorrente encontrada nos artigos refere-se à reprodução de experiências de violência familiar vividas durante a infância; em segundo lugar vem a idéia da violência como produto de desajustes familiares. Em menor escala aparecem explicações referentes a aspectos sócio-culturais e à ordem macroestrutural. Os autores propõem questionamentos em relação a reducionismos e ao modelo hegemônico de família nuclear burguesa que exclui e patologiza modelos alternativos de organização familiar. Consideram que a violência é também uma construção cultural, colocando que “a criança ainda é maltratada por conta da existência de dominação de gênero e de geração” (GOMES ET AL, 2002, p.711). Acrescentamos que, mais além das relações de poder anteriormente citadas, temos uma estrutura social marcada por assimetrias de poder que culminam em abismos sociais, e que não podem ser desprezadas quando se estuda o fenômeno da violência permeando as relações familiares.

Com efeito, idéias simplistas e errôneas permeiam as representações sobre a violência doméstica de modo geral, e sobre a violência física de pais contra filhos especificamente. Como visto anteriormente, a violência intrafamiliar é um problema endêmico e antigo, presente em todas as classes sociais. Considera-se, isto sim, que existam maiores **fatores de risco** para o comportamento abusivo em famílias de baixa renda (GIANINI, LITVOC e ELUF NETO, 1999; CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003). Não podemos perder de vista, porém, que se as denúncias sobre maus tratos contra crianças dizem respeito a essas famílias, temos que considerar que estas encontram-se muito mais expostas por serem usuárias de serviços públicos, órgãos muitas vezes responsáveis pelas notificações. Por outro lado, podemos considerar que famílias de classes mais favorecidas têm acesso a toda uma rede de serviços privados de saúde, educação e outros que podem ocultar ocorrências dessa natureza.

Em relação à psicopatologia dos agressores, dados indicam que apenas cerca de 10% dos agressores físicos apresentam perturbações psiquiátricas graves (GUERRA, 2001). E se existem estudos onde se encontra muitas vezes história de abuso e violência na infância dos agressores (MATIAS, 2002; NEVES, 2003; GUERRA, 2001), tais achados não nos permitem inferir que a relação seja determinante e que fatalmente se chegue a um ciclo de repetições. De fato, quando se trata de violência doméstica, é consenso entre pesquisadores da área que não existe um único fator causal ou determinante (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; GOMES ET AL, 2002).

Nesta direção, temos estudos que consideram, na perspectiva epidemiológica, fatores de risco para a violência intrafamiliar. Em artigo recente sobre o tema, Ethier, Couture e Lacharité (2004) definem alguns fatores de risco para abuso e negligência parental, a partir de um estudo realizado com famílias que receberam intervenção psicossocial. São eles:

- **Pobreza Material e Social:** constituindo falta de recursos materiais (alimentação, moradia, saúde, transporte, etc), como também falta de recursos pessoais (pouca idade dos pais, número elevado de filhos, baixo nível educacional dos pais, falta de suporte social e problemas psicológicos dos pais). Muitos estudos apontam que tais famílias são socialmente isoladas, tendo acesso reduzido a bens materiais e culturais, havendo escassez de suporte social satisfatório tanto dentro quanto fora das famílias. Apontam também que há pouca comunicação entre os membros da família, que quando ocorrem tendem a ser breves e negativas;

- **Estresse e depressão parental:** relacionado ao tema anterior, estudos relatam que o estresse crônico e depressão dos pais, sejam ou não resultantes de dificuldades e condições de

vida e pouco suporte social, são fatores de risco para que venham a apresentar episódios de explosão e descontrole emocional que acarretem em agressão contra os filhos;

• **Experiências envolvendo abuso, colapso ou separação (break-ups) na infância dos pais:** resguardando os devidos cuidados e proporções, evitando a configuração em um mito de que seja um fator causal determinante, o histórico de violência na infância dos agressores constitui um fator de risco a ser considerado;

• **Baixo nível de funcionamento intelectual e distúrbios mentais graves:** apesar de estatisticamente serem poucos os casos onde os pais realmente apresentam distúrbios ou déficits mentais, este seria também um fator de risco para o comportamento agressivo destes. Os autores salientam, porém, que a ausência de suporte social e dificuldades nas condições de vida são fatores associados à “incompetência” parental mais significativos do que o nível de inteligência dos pais (ETHIER, COUTURE e LACHARITÉ, 2004).

Nesta mesma direção, Sandgrund et al. (apud AZEVEDO, 1989) sugerem que em relação à etiologia do abuso físico de crianças, existe a interação de três fatores: o estresse ambiental imediato, características de personalidade dos pais e as características atuais da criança que a tornam vulnerável a se tornar bode expiatório.

Santos (2002) apresenta como características comuns de pais agressores: idade relativamente jovem, conduta imatura, baixa auto-estima, complexo de inferioridade e cultura, estresse e depressão crônica. A autora considera ainda que é útil entender qualquer tipo de abuso ou abandono de crianças pela família como sintoma de uma família disfuncional, e corroborando achados de outros autores apresenta como características encontradas nestas famílias: o isolamento social, violência entre os pais, antecedente de abuso nos pais, desequilíbrio entre a capacidade da criança e a expectativa dos pais e por último, fatores

estimulantes ou estressadores como álcool, drogas, moradia inadequada e enfermidade mental.

Perspectivas históricas sobre família e práticas educativas

Acreditamos que o primeiro passo para se compreender o fenômeno da violência física de pais contra seus filhos é situar historicamente as concepções sobre a educação de crianças pela família, as práticas educativas utilizadas e o uso da punição física ao longo do tempo.

Dessa maneira, podemos pensar e compreender a família, em seus mais diversos formatos, através de diferentes enfoques e objetivos, por diferentes perspectivas teóricas, práticas e metodológicas. Porém, para se estudar a família ou qualquer aspecto seu, é preciso antes de tudo desnaturalizá-la e recuperar sua própria história, pois o modelo (ou modelos) que temos hoje são resultados de processos e do contexto social, histórico e cultural em que vivemos. Buscaremos então a história da família, a transformação ao longo do tempo dos modos de se relacionar de seus integrantes e das práticas educativas dentro do contexto familiar, com o objetivo de, posteriormente, compreender a história do uso da violência física de pais contra seus filhos.

Do ponto de vista antropológico, a instituição familiar, em suas diferentes formas de organização envolve sempre relações de parentesco, casamento e divisão sexual do trabalho. Levi-Strauss (1987, apud NEVES, 2003) fala da supremacia da cultura nessas diferentes formas de organização, localizando nas raízes das sociedades humanas a proibição do incesto e a exogamia. Para ele a família se configura sempre a partir de três tipos de relação pessoal: aliança, filiação e consangüinidade.

Ariès (1981), em sua obra “História Social da Criança e da Família” nos apresenta a evolução do sentimento de família e das formas de organização familiar ao longo do tempo¹. Em seu estudo iconográfico, relata que até o século XVI era raro encontrar imagens de família. A família existiria como instituição moral e social, mas passou a ser reconhecida como valor e “exaltada por todas as forças da emoção” (Ariès, 1981, p. 223) apenas no século XVII. Antes disso, vida pública e privada pareciam acontecer sem muita distinção. Os laços pais-filhos eram afrouxados, pois a criança, a partir dos sete anos, era mandada a outra família a fim de ser um aprendiz. A educação se dava pela aprendizagem através do serviço doméstico e dos ensinamentos do mestre, em cuja casa a criança passava a morar.

Neste sentido, o autor associa a evolução do sentimento de família à do sentimento de infância, colocando que a família transformou-se na medida em que modificou seu olhar e suas relações internas com a criança. Associa também essa mudança à extensão da frequência escolar, antes restrita à formação religiosa, a todos. Assim, a educação que ocorria pela aprendizagem em outra família e que tinha caráter prático, passou a ser exercida pela escola, podendo a criança permanecer em sua família de origem. Tal extensão da educação escolar parece relacionada à preocupação e interesse de eclesiásticos e juristas com a educação infantil a partir de uma perspectiva moral.

Ao voltarmos para a história das práticas educativas, temos que considerar que a conduta do educador é guiada pelo ideário, pelos valores e costumes do contexto no qual está inserido, valores sócio-culturais que de alguma forma determinarão as imagens da criança ideal e do adulto ideal que se tem, e que certamente influirão nos objetivos da educação (CALDANA, 1994). Assim, se a criança é pai do Homem, o Homem (o adulto) que se quer que aconteça irá influenciar modos de se ver e tratar a criança. Tais modos, como veremos,

¹ Os apontamentos de caráter histórico têm como referência básica um ideário adotado pelas famílias de camadas médias. Gélis (apud Caldana, 1998) considera que as transformações na relação da família com a criança obedece uma seqüência que vai das camadas mais abastadas para as menos abastadas, da cidade para o campo, ainda que de forma não linear.

vão se transformando ao longo do tempo, o que nos faz pensar que as modernas concepções que temos atualmente a respeito da criança e sua educação na família são fruto de um processo histórico e insere-se em um contexto cultural, sendo que “o moderno paradigma da infância passa a ser também o moderno paradigma da vida adulta” (DAY ET AL, 2003, p.13)

Newson e Newson (1990) descrevem as transformações das práticas educativas nos países de fala inglesa, através do que chamam de “moralidades” em épocas específicas, partindo do século XVIII até os anos 60 e 70 do século XX. Consideram que até início do século XX a educação voltava-se para a conquista da obediência e subordinação da criança através de exacerbada autoridade paterna e de pouca afetividade. Nesse momento a Igreja referenda o ideário que prevalece, sendo denominado *Moralidade Religiosa*, dada sua forte influência aliada ao alto índice de mortalidade infantil. A primeira alteração significativa é apontada na transição para o século XX, e refere-se não ao conteúdo das práticas e do ideário, mas a seu agente legitimador.

Nas décadas de 20 e 30 com o avanço da medicina e o paradigma científico entrando em cena, quem recomenda a orientação existente não é mais a Igreja, mas sim a figura do médico, representante do discurso higienista – configurando-se o chamado período da *Moralidade Médica*.

Em torno de 1930, com a influência de idéias ligadas à Psicanálise e à Pedagogia, ocorre uma mudança de maior envergadura no que diz respeito às idéias referentes à relação entre pais e filhos, surgindo a chamada *Moralidade das Necessidades Naturais*, que dita a substituição do “restringir e controlar” para o “divertir e evitar a repressão”. É então que o brinquedo passa a ser visto como importante para o desenvolvimento da afetividade, do aconchego e do apego. Passa-se também a considerar a privação do calor materno prejudicial ao desenvolvimento da personalidade e das relações sociais do indivíduo.

Finalmente, nos anos 50 e 60, os pesquisadores descrevem a *Moralidade de Curtição e Individualismo*, decorrente principalmente de uma visão mais humanitária do mundo após a 2ª Guerra Mundial: as separações forçadas entre membros da família fizeram com que se valorizasse o contato familiar como fonte de prazer, e o “curtir a família” se torna uma necessidade. As orientações dadas nessa época tinham um tom amigável: aconselhava-se os pais a serem mais permissivos e flexíveis para curtirem tanto o filho quanto seu próprio papel, ideário que em grande parte persiste atualmente, e que deu um novo colorido às mudanças que se haviam iniciado com a moralidade anterior.

No que se refere ao contexto do Brasil, embora o processo de transformação da forma de cuidado e educação da criança na família tenha seguido um curso análogo, algumas particularidades devem ser consideradas.

Em relação às elites do século XVIII e parte do XIX, têm-se descrições que apontam o modelo familiar patriarcal e a presença da escravidão como aspectos definidores da forma e cuidado de educação dos filhos, na medida em que determinavam um universo familiar centrado no adulto, rígida demarcação de papéis, valorização da autoridade, e pouco espaço para a afetividade. Soma-se a isso a presença de forte religiosidade e a marcante influência dos padres jesuítas, que introduziram formas de se educar e disciplinar a criança já no século XVI (LONGO, 2005). Aqui certamente identificam-se aproximações com a descrição da *Moralidade Religiosa* na preocupação com a formação moral, a pouca ou nenhuma expressão de afeto, no alto índice de mortalidade infantil e na exacerbação da autoridade paterna e da submissão dos filhos.

Ao longo do século XIX com a formação do Estado Nacional, o desenvolvimento urbano, a substituição das grandes propriedades rurais de monocultura pela diversificação de agentes econômicos e abolição da escravatura, esse modelo familiar começa a ser modificado, aproximando-se do modelo familiar burguês europeu (COSTA, 1993); aqui um fator

importante foi a força do discurso higienista, que coloca também entre nós a figura do médico como fonte de diretrizes para as práticas educativas familiares.

A intensificação do processo de modernização societária, principalmente a partir da segunda metade do século XX (WINCKLER, 1983), tem reflexos diretos na família e na subjetividade dos sujeitos, num processo gradual e não linear. Segundo Figueira (1987) até por volta da década de 50 teria prevalecido em nossa sociedade o ideal de *família tradicional*, descendente direto da família patriarcal; nela a identidade dos membros seria posicional, ou seja, determinada pelas suas características intrínsecas (homem e mulher, pai e filho) que os apresentam como naturalmente diferentes, determinando uma rígida delimitação de papéis. As regras de conduta são definidas externamente, por valores dicotômicos e maniqueístas, com conceitos de certo e errado muito bem delimitados. Sucedendo a esse ideal, ainda que de forma absolutamente não linear, teríamos o da *família igualitária*, onde a identidade dos sujeitos é idiossincrática: homens e mulheres, pais e filhos são iguais enquanto indivíduos; as diferenças são atribuídas à individualidade de cada sujeito, que seria livre para optar, e as escolhas não são consideradas necessariamente certas ou erradas de antemão. É importante frisar que para a emergência deste modelo igualitário, foi de grande importância a difusão da Psicologia e da Psicanálise.

Pesquisas voltadas diretamente para o estudo das alterações das práticas e valores que sustentam a educação da criança na família no século XX (DIAS-da-SILVA, 1986, GOMES, 1987, CALDANA, 1991 e 1998, ZAGURY, 1992, BIASOLI-ALVES, 1995) apontam para um sentido das mudanças afinado a essa transição de um ideário “tradicional” para um “moderno”, cuja expressão mais enfática seria a presença de um enfoque anti-autoritário aliado à preocupação com a felicidade da criança, traduzida como bem estar emocional, e à importância atribuída à expressão de afeto e à proximidade através do brincar. A forte

influência de idéias ligadas à Psicologia e Psicanálise pareceu contribuir para a preocupação com a felicidade da criança como sendo equivalente a buscar sua saúde emocional.

Silva Neto (1988), em seu estudo sobre percepções, cognições e sentimentos de mães ligados à educação de filhos, traz considerações sobre o acesso das mães, como leigas, ao universo de informações advindas da Psicologia e da Psicanálise, agrupando tais informações em quatro crenças principais, que acabariam por nortear suas condutas com o filho: 1-) o desenvolvimento de uma personalidade saudável depende das experiências da infância; 2-) o calor emocional e “amor materno” seriam a base para o crescimento físico, social e psíquico da criança; 3-) a mãe, na função de mediadora entre a criança e o espaço social, exerce papel fundamental no processo de adaptação da criança ao mundo dos adultos; e 4-) a individualidade da criança deve ser compreendida, respeitada e atendida.

Práticas Educativas e Violência Física Doméstica

A violência de pais contra filhos é tão antiga quanto a humanidade. Segundo Day et al (2003), ao olharmos para a história, deparamo-nos com a falta de proteção à infância, sendo comuns espancamentos, abandonos, assassinatos e abusos de todo tipo. Zigler e Hall (1993) comentam que as antigas civilizações como a egípcia, indiana, grega, romana, árabe e chinesa rotineiramente praticavam o infanticídio e o sacrifício de crianças. O pai tinha poder sobre a vida e a morte de seus filhos, podendo vendê-los como escravos, praticar toda sorte de agressões e até mesmo matá-los.

Segundo Ariès (1981), a aplicação de castigos corporais generalizou-se nos séculos XV e XVI com o desenvolvimento do conceito de infância, com o objetivo de disciplinar tanto a criança como a sociedade em geral. Com efeito, a punição por castigos físicos era utilizada em larga escala em toda a sociedade, sendo o açoite utilizado para educar e preservar a ordem

social: “The birch rod become the symbol of education” (STONE, 1990 apud CALDANA, 1998; ZIGLER & HALL, 1993).²

Nesse contexto, a Igreja Católica traz idéias ambivalentes a respeito da infância: de um lado defende os direitos da criança e a reciprocidade dos deveres entre pais e filhos, posicionando-se contra o infanticídio (FLANDRIN, 1984 apud CALDANA, 1998) e apresentando uma imagem de criança como fonte de pureza, inocência e bondade; mas por outro lado para essa mesma Igreja, as crianças carregariam o peso do Pecado Original, o que autorizava que fossem tratadas com disciplina severa para “quebrantar suas vontades” e livrá-las de sua iniquidade inerente. Em relação à história da punição corporal doméstica no Brasil, Longo (2005) afirma que o castigo físico para crianças no Brasil foi introduzido pelos padres jesuítas no século XVI como forma de amor, inserindo-se no que denomina “Pedagogia do Amor Correccional”. Para este autor, a formação social da criança brasileira passa pela violência implícita ou explícita, sendo que a pedagogia jesuítica pregava abertamente a necessidade de punições corporais para proporcionar disciplina e uma boa educação às crianças.

Tal apologia dos castigos físicos como forma de educar a criança era endossada por estudiosos do século XVII, como o empirista inglês John Locke (GUERRA, 2001) que em 1680 publica “Da Educação de Crianças”. Nessa obra, referência para a sociedade européia até por volta de 1800, o autor defende que o condicionamento moral deveria ocorrer desde que a criança nasce, pois esta seria como uma folha de papel em branco. Os castigos físicos deveriam ser aplicados imediatamente após o mau comportamento, e acoplado ao ato de fazer a criança sentir culpa e vergonha por sua ação.

Por outro lado, há divergências teóricas em relação à história da infância, sendo difícil determinar com exatidão se um ou outro período trouxe mais ou menos violência física entre

² Tradução livre do autor: “A vara para açoitar tornou-se o símbolo da educação”.

pais e filhos. Contudo, a literatura nos permite pensar a educação no período que se estende até a metade do século XX, como prática que fazia uso de castigos físicos e punições corporais como instrumentos de disciplina moral, que garantia o respeito e a obediência à autoridade parental, especialmente à figura do pai, que no contexto do dito modelo tradicional de família era a figura de autoridade tanto para a esposa quanto para os filhos.

Novas formas de se pensar a educação da criança na família e suas práticas, como vimos anteriormente, iriam surgir com a emergência de novas formas de se considerar a criança e seu desenvolvimento, bem como os objetivos da educação pautados em um novo modelo de adulto ideal. Nesse sentido, temos a consideração de que a violência doméstica sempre esteve, desde a época de Brasil-Colônia, presente de forma endêmica em nossa sociedade, e configura-se atualmente como um problema de saúde pública tanto no Brasil (CACCIA-BAVA, 2003; CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003), quanto em países de primeiro mundo como os Estados Unidos (KAPLAN, 1996) e diversos outros (GOMES ET AL, 2002). Sendo assim, o disciplinamento corporal de crianças e adolescentes está longe de ser uma prática passada (AZEVEDO, 1994).

Os estudos sobre o tema, no entanto, são bastante recentes sendo os primeiros dados de pesquisa publicados em 1962 nos EUA e apenas em 1973 no Brasil (GUERRA, 2001; GIOVANNONI, 1993). Tais publicações se iniciaram na área médica, estando vinculadas ao modelo psicopatológico do entendimento do problema. Considera-se que os estudos sobre o fenômeno se iniciaram oficialmente em 1962, com a publicação do trabalho *Síndrome da Criança Espancada* pelo médico americano Henry Kempe. Gradualmente, com a contribuição de outras disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Direito e Psicologia o fenômeno da Violência Doméstica passou a ser entendido como produto de um contexto sócio-histórico-cultural e econômico, com propostas de diversas formas de se compreender o problema, considerando diferentes aspectos da família onde a violência acontece.

Ser pai, ser mãe, ser filho: A construção de papéis, crenças e práticas parentais:

Paralelamente à incursão realizada sobre a história da família e de práticas educativas valorizadas e utilizadas ao longo do tempo, é importante situar questões referentes ao processo de construção de crenças parentais a respeito de seu papel, da criança e do processo educativo. Tais construções, como veremos adiante norteiam a escolha e o uso de algumas práticas educativas, entre elas aquelas que envolvem a punição física.

Valsiner e Litvinovic (1996) consideram que em nenhum lugar o processo de desenvolvimento humano é mais visível do que no tornar-se pai ou mãe. Colocam que as crenças e práticas parentais são fortemente influenciadas pelos processos de comunicação cultural com diferentes instituições sociais e também com diferentes interesses ideológicos. Dessa maneira, a construção individual dos papéis de pai e mãe só poderiam acontecer a partir de um mundo social imerso na cultura situada em determinado espaço e tempo. O indivíduo pai ou mãe é construído a partir desta relação dialética entre individualidade e coletividade, a partir de sua história pessoal, que comporta seqüências de construção de vários elementos simbólicos provenientes de grupos e instituições sociais (família, escola, grupo religioso, profissão, etc) aos quais este indivíduo pertence.

Assim, se a cultura é o principal veículo que organiza condutas e concepções do indivíduo no papel de pai ou mãe, tal indivíduo está em constante diálogo com seu ambiente físico e social, se apropriando e ressignificando os valores e o conhecimento cultural. Dessa forma, segundo os autores, a cultura pessoal constantemente produz novas versões de formas culturais coletivas, através de processos de internalização e externalização de elementos culturais. Partilhando formas esperadas de se relacionar com o ambiente, os seres humanos criam uma riqueza de significados através de construções simbólicas pessoais.

Uma outra consideração importante a respeito das crenças e práticas parentais é que a cultura da paternidade/maternidade comporta ações dos pais motivadas e baseadas em situações imediatas da vida cotidiana (VALSINER E LITVINOVIC, 1996; GOODNOW e COLLINS, 1996). É apenas no contexto de resolver problemas práticos e tomar decisões que os pais fazem uso de seu conhecimento, demandando uma ação imediata orientada com o objetivo de resolver situações da vida real-imediata. Neste momento os efeitos de sua experiência e seu conhecimento emergem numa combinação entre interpretações imediatas de situações e necessidades concretas e expectativas culturais.

Nesta mesma direção, os autores apontam que o processo de ressignificação da cultura coletiva pelo indivíduo passa por processos mentais de indução e dedução. Assim, tais processos indutivos e dedutivos estão constantemente presentes no sistema mental-afetivo do ser humano, que é orientado para o futuro e limitado ao presente. Em função da irreversibilidade do tempo e das experiências humanas, o funcionamento mental humano envolve a constante construção de uma relativa estabilidade em seu entendimento das experiências futuras e o esforço em sua preparação para possíveis novidades no futuro. Porém essa construção pode criar apenas crenças subjetivas atuais em relativa certeza, ancoradas em experiências passadas e em seu conhecimento prévio, já que a realidade da existência é relativamente fluida em sua organização aberta (VALSINER E LITVINOVIC, 1996).

Dessa maneira, o fenômeno da construção de crenças e concepções a respeito da parentalidade é repleto de inconsistências, que mantêm o sistema psíquico orientado para o futuro e aberto a novos desafios adaptacionais, considerando que a experiência humana e os significados a ela atribuídos envolvem muito mais do que o seguimento de regras culturais de “maneiras certas de pensar e agir”. Temos um sujeito que dialoga e significa a cultura a partir do contexto em que vive e de seus recursos pessoais para interpretar experiências vividas em sua história e em seu presente.

Por último, é importante salientar que o “acervo etnopsicológico” de idéias acerca da paternidade/maternidade também depende da estratificação social e da heterogeneização da sociedade; e que as próprias formas da cultura coletiva têm sua história, como também as formas culturais de família e práticas educativas, como veremos a seguir.

Valores Parentais, Metas Familiares e Práticas Educativas

Como visto anteriormente, a educação da criança por seus pais ou cuidadores que exercem a função parental é uma tarefa complexa, que comporta crenças, concepções e valores provenientes da cultura pessoal e coletiva do indivíduo pai ou mãe (Valsiner & Litvinovic, 1996).

Bem e Wagner (2006) trazem uma reflexão a respeito das aproximações e diferenças entre os valores e metas parentais; assim segundo as autoras, valores parentais são aqueles que os pais e mães aspiram que seus filhos incorporem ao seu comportamento, se manifestando em características desejáveis para que os filhos internalizem. Já as metas parentais se referem a qualidades que os pais ou mães gostariam de ver seus filhos desenvolverem ou demonstrarem em situações práticas.

Dessa maneira, os valores pertenceriam à esfera abstrata, sendo conceitos ou crenças que guiam o comportamento do indivíduo transcendendo situações específicas; enquanto as metas seriam as condutas que os pais pretendem alcançar em uma situação educativa específica, apoiados por determinados valores. Sendo assim, o valor embasa, sustenta e direciona uma meta. A meta por sua vez, está presente nas práticas educativas que os pais e mães utilizam para atingir seus objetivos na educação dos filhos. Identificam então 4 metas de socialização: sociabilidade, autogestão, evitação de riscos/fracassos e conformidade (CEBALLOS e RODRIGO, 1998 apud BEM e WAGNER, 2006).

Nesta mesma direção, as estratégias ou práticas educativas são os recursos utilizados pelo pai ou mãe para orientar o comportamento do filho, buscando atingir objetivos específicos em situações determinadas, tendo como pano de fundo valores e metas que não estão necessariamente conscientes para os pais. As práticas educativas são as estratégias concretas que os pais utilizam, e tem a função de comunicar à criança o desejo do pai ou da mãe de que ela modifique seu comportamento. Segundo Hoffman (1975, 1994 apud BEM e WAGNER, 2006) existem duas categorias de práticas ou estratégias educativas: as indutivas e as coercitivas.

As práticas educativas indutivas seriam aquelas que indicam à criança as conseqüências de seu comportamento sobre o ambiente, sobre outras pessoas e sobre si mesma, fazendo-a refletir sobre os aspectos lógicos da situação. Seria um meio de controle mais indireto, que coloca a criança como responsável pelas conseqüências de seus atos e incentiva a empatia com as outras pessoas. Para os autores, práticas deste tipo favorecem a internalização de padrões morais, por propiciarem à criança a compreensão dos motivos que justificam a necessidade da mudança de comportamento, colocando-a como sujeito ativo em seu processo educativo.

Por outro lado, as práticas coercitivas envolvem técnicas disciplinares que fazem uso da força e poder dos progenitores, incluindo aí as punições físicas, ameaças, privação de privilégios e afetos. Provocam um controle do comportamento da criança baseado apenas em sanções externas, sendo uma forma de controle mais direto, que não leva a criança a compreender as implicações de suas ações e não desenvolve a motivação intrínseca para agir de outra forma, a não ser para evitar a punição.

Ainda na mesma direção, um outro conceito interessante é o de estilos parentais (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; BEM e WAGNER, 2006). Os estilos parentais referem-se a um conjunto de condutas, traduzindo-se numa tendência global de

comportamento e de formas dos pais e mães lidarem com as crianças em determinadas situações educativas. Dessa maneira, pode-se dizer o conjunto das práticas educativas adotadas pelos pais irá configurar um estilo parental. Baseados em duas dimensões: controle e afeto, os autores apresentam 4 estilos parentais (MACCOBY e MARTIN, 1983 apud BEM e WAGNER, 2006): autoritário, democrático, indulgente e negligente.

O estilo parental autoritário corresponde a um alto nível de controle por parte do educador, através de castigos físicos, ameaças e proibições. Geralmente comporta altos níveis de exigência não considerando as necessidades e opiniões da criança. Tende a enfatizar a obediência através do respeito à autoridade e à ordem, e a não valorizar o diálogo e a autonomia.

O estilo indulgente resultaria da combinação entre baixo controle e alta responsividade. Pais indulgentes tendem a apresentar tolerância e aceitação dos impulsos da criança, não estabelecendo regras ou limites e permitindo que a criança monitore seu próprio comportamento. São bastante afetivos e comunicativos, tendendo a satisfazer qualquer solicitação da criança. Estabelecem poucas demandas de responsabilidade e maturidade.

Pais negligentes apresentariam baixo controle e baixa responsividade, não sendo afetivos ou exigentes. Tendem a manter distancia na relação com os filhos, respondendo apenas às suas necessidades básicas e estando freqüentemente centrados em seus próprios interesses.

Já o estilo democrático se caracterizaria por um equilíbrio entre afeto e controle, havendo reconhecimento e respeito pela individualidade da criança, tendência a valorizar e promover os comportamentos positivos dos filhos mais do que a restringir os não desejados. Deixam normas e limites bem delimitados, aplicando estratégias disciplinares indutivas, e utilizando-se de comunicação clara e baseada no respeito mútuo. Os autores ressaltam que várias pesquisas destacam a influência positiva deste estilo sobre o desenvolvimento de

crianças e adolescentes, estando associado à competência social, assertividade, autonomia entre outros (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; BEM e WAGNER, 2006).

Políticas e Estratégias de Intervenção: a atuação frente a violência doméstica.

É importante ressaltar que embora consideremos os processos históricos, sociais e culturais que de alguma forma nos permitem compreender o uso de punições corporais como práticas educativas ao longo do tempo, não se pode deixar de considerar que, no contexto atual, como diversos outros estudiosos apontam (BEM & WAGNER, 2006; LONGO, 2005; CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; MINAYO, 2002; GUERRA, 2001) o uso de punições físicas e castigos corporais não é eficaz como estratégia ou prática educativa, e torna-se prejudicial à criança e ao adolescente na medida em que produz conseqüências negativas ao seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazo (DAY ET AL, 2003; GUERRA, 2001).

Assim, pode-se dizer atualmente que, após a realização de tantos estudos e de experiências práticas com famílias, com suas crianças e seus adultos, que acompanham o processo de transformação social da família e de ideários, é impossível endossar práticas educativas que façam uso de punição física contra a criança e o adolescente. Neste sentido, no que se refere aos estilos parentais e estratégias educativas, podemos considerar que o uso da punição física é parte de certos estilos parentais, mais usuais ao longo do tempo; isso não significa necessariamente, que esses estilos sempre se acompanhem dessa violência, mas eles a favorecem.

Nesse sentido, Azevedo (1989) comenta que as pesquisas sobre conseqüências da vitimização física, em especial conseqüências psicológicas, ainda são limitadas por

dificuldades metodológicas. Todavia, os estudos realizados até o momento, além de demonstrar as conseqüências negativas diretas físicas, neurológicas, intelectuais e emocionais, vêm enfatizando cada vez mais a complexidade na relação entre maus tratos e desenvolvimento, ou seja, suas conseqüências a longo prazo para a criança.

Day et al (2003) comentam que a vítima de violência poderá ter todos os aspectos de sua vida afetados a curto, médio e longo prazo. Aspectos emocionais, físicos, comportamentais, acadêmicos, sexuais, interpessoais entre outros poderão estar prejudicados em diferentes níveis.

Guerra (2001) agrupa dois tipos de conseqüências da violência física em crianças:

- **Orgânicas:** seqüelas físicas e/ou neurológicas resultantes de lesões abdominais, oculares, de fraturas de membros, do crânio ou queimaduras que podem causar invalidez temporária ou permanente da criança, ou mesmo levar à morte.

- **Psicológicas:** a autora destaca algumas das possíveis conseqüências a curto, médio e longo prazo, tais como: sentimentos de raiva e medo em relação aos pais agressores, prejudicando sua segurança, confiança e identificação com os mesmos; dificuldades escolares tanto na aprendizagem quanto na relação com o grupo de pares; autoritarismo; delinqüência. A autora apresenta pesquisas que demonstram correlação entre condutas delinqüenciais e punição física corporal; violência doméstica: a punição corporal ensina à criança que este é o modo de resolver conflitos, conseguir obediência e submissão. Os sentimentos associados às punições sofridas (raiva, medo, angústia, hostilidade, ódio) perduram e são revividos nas relações interpessoais adultas, especialmente em vínculos mais profundos e permanentes como é o caso da família constituída (cônjuge e filhos), emergindo a violência como modelo. Parricídio/Matricídio: extermínio do agressor como forma de terminar com a violência dentro de casa. Considera ainda que estes são alguns dos principais efeitos deste tipo de violência para as crianças, enfatizando que não esgotam todas as possibilidades, e que pessoas com

histórico de abuso físico podem apresentar outras patologias, tais como quadros depressivos, uso de drogas, etc.

Em se tratando de conseqüências psicológicas da violência, entretanto, nunca é demais frisar que de alguma forma sempre estarão presentes o auto-conceito negativo e a baixa auto-estima, o comportamento agressivo, as dificuldades de relacionamento com crianças e adultos, o prejuízo da capacidade de confiar no outro e infelicidade generalizada (AZEVEDO, 1989).

Diante disso, podemos nos perguntar o que está sendo feito e o que pode ser feito no que se refere às intervenções frente à violência física doméstica, e podemos dizer que falar de políticas de intervenção junto às famílias é falar das políticas sociais de nosso país. A lei brasileira prevê, tanto pela Constituição Federal quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e a manutenção dos vínculos com sua família de origem, resguardando as opções de colocação da criança em família substituta, adoção ou abrigamento como último recurso.

Em relação às políticas de atendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 86 que: “ A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (ECA, 1990). Define como linhas de ação:

- I- políticas sociais básicas;
- II- políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão. (Art.87 – ECA, 1990)

No que se refere às entidades de atendimento, prevê orientação e apoio sócio-familiar (Art.90) e preservação dos vínculos familiares (Art.92).

Beezley (1989) diferencia a intervenção psicossocial nos casos de violência doméstica em três eixos principais: tratamento para os pais, tratamento para as crianças e tratamento para as famílias. A autora coloca ainda que a escolha por uma ou mais das opções de tratamento depende do estudo de cada caso, e acrescenta que intervenções pais-filhos são cruciais se o objetivo são mudanças permanentes nas interações emocionais entre estes pais e filhos.

O maior desafio porém, é fazer com que o que está no papel seja realidade vivida. As políticas públicas de nosso país partem ainda de uma concepção da família isolada de seu contexto e de seus valores sócio-culturais (TAKASHIMA, 2002). Dessa maneira fala-se de uma re-vitimização da criança e da família, pela insuficiência e ineficiência de políticas públicas que tendem a ser de caráter assistencialista, pautadas em ações paliativas de cunho imediatista, que não priorizam o investimento na manutenção do grupo familiar e que pouco contribuem para intervenções que levem a mudanças significativas (PEREIRA, 2003). Nesse sentido o Estado, representado pelo poder judiciário, tende a posicionar-se de maneira autoritária para com as famílias, distanciando-se de sua ótica e colocando-se como substituto de uma família que “não cumpriu a lei” ou “fracassou” em seu objetivo de oferecer à criança condições para seu pleno desenvolvimento. Como aponta Pereira (2003), as ações deste pai-estado-justiça são percebidas exclusivamente como punitivas, não sendo oferecidas novas possibilidades e modelos de conduta para os pais ou esforços na reconstrução das relações familiares.

Neste cenário, as ações profissionais tendem a ser fragmentadas, havendo pouco intercâmbio e articulação entre os órgãos representativos da justiça e a comunidade, configurando-se um isolamento no trabalho destes profissionais.

Constata-se que nas ações da rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, deve-se priorizar o trabalho com as famílias, superando o modelo punitivo e assumindo um

caráter reparador, buscando novas formas de se ver e viver as relações familiares pelos seus integrantes. Assim, Carvalho e Takashima (2002) apontam para a necessidade de políticas de intervenção que atuem no sentido de resgatar a competência e autonomia dos sujeitos (neste caso os pais agressores). Enfatizam o fortalecimento da auto-estima, da divulgação educativa dos direitos sociais e a busca de alternativas através de associações coletivas.

Nessa perspectiva, os profissionais envolvidos, técnicos e instituições abandonariam seus fazeres fragmentados para dar espaço a uma intervenção interdisciplinar e comprometida não apenas com o indivíduo criança/ adolescente, mas com o contexto familiar. Capacitados para entender as perspectivas da família, deixariam de ocupar o lugar de especialistas distantes da realidade vivida pelas famílias, passando a ser mediadores e co-construtores dessas novas possibilidades de viver em família e educar os filhos (PEREIRA, 2003). Como aponta Gomes Szymanski (1994, p.38):

O ponto de partida para o trabalho com famílias é a compreensão por parte do técnico, do próprio modelo de organização familiar, com as crenças, valores e procedimentos que efetivamente são adotados nas suas vidas em família ou aqueles que considera “melhores” ou “os certos”. Igualmente importante é tomar conhecimento das experiências, teorias e influências envolvidas no processo de construção desse modelo.

Tal afirmação vai ao encontro do objetivo do presente trabalho, que é justamente dar voz às famílias, através da investigação junto a pais e mães com histórico de violência física contra seus filhos, sobre sua visão a respeito do que é educar uma criança, sobre as práticas educativas que utilizam, seu papel de pai/mãe e sobre as conseqüências de seus comportamentos sobre o filho.

II- MÉTODO

O presente estudo insere-se nas abordagens qualitativas de pesquisa, tendo como quadro de referência o Paradigma Interpretativo. Tal paradigma pressupõe uma visão compreensivista ou interpretativista de seu objeto, priorizando a compreensão da perspectiva dos envolvidos no fenômeno e onde interpretações plausíveis são preferíveis a explicações causais (SILVA, 1998).

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fenômenos. Bogdan e Biklen (1994) definem 5 características da investigação qualitativa:

1. A fonte direta de dados é o ambiente natural, sendo o investigador o instrumento principal: *“Assume-se que o comportamento humano é significativamente influenciado pelo contexto em que ocorre, deslocando-se o investigador, sempre que possível, ao local do estudo”* (BOGDAN & BIKLEN, 1994, pg. 48)

2. A investigação qualitativa é descritiva. Os dados são coletados em forma de palavras ou imagens: transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais ou oficiais, memorandos e outros registros. Exige que o mundo seja examinado considerando que nada é trivial ou natural. Tudo tem potencial para constituir um elemento que permita uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.

3. Interesse mais pelo processo do que pelo resultado: como as pessoas atribuem e negociam significados? Como constroem suas concepções?

4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de maneira indutiva. As abstrações e interpretações são construídas à medida que os dados vão se agrupando. Somente a partir dos dados se pode reconhecer as questões mais importantes, atribuir significados e estabelecer relações.

5. A importância vital do significado: interesse no modo pelo qual diferentes indivíduos ou grupos dão sentido às suas vidas e experiências. Através destas perspectivas participantes, pode-se elucidar dinâmicas internas das situações e perceber como as pessoas experimentam, interpretam suas experiências e como estruturam o mundo social em que vivem.

Podemos então inferir que a investigação qualitativa torna-se ferramenta essencial para uma Psicologia que considere a subjetividade como construção dinâmica e contínua através das relações entre indivíduo e mundo, entre o eu e o outro, a *intersubjetividade* (AYRES, 2001). A intersubjetividade é um conceito essencial para a busca de significados e de compreensão das diferentes perspectivas pessoais dos sujeitos em relação às suas experiências de vida, como também das razões que os levam a assumi-las. É essencial também para subsidiar práticas e intervenções junto a indivíduos ou grupos, buscando partir de seu próprio saber para construir novos saberes e olhares, evitando assim práticas impositivas de verdades e discursos prontos.

1-) Instrumentos: A Entrevista

Em se tratando de pesquisas qualitativas, existe um consenso de que modalidades menos estruturadas de entrevista permitem uma riqueza maior de informações por não fornecerem ao entrevistado uma matriz à qual terá que se adaptar, concedendo-lhe liberdade

de trazer aspectos aos quais não foi dada a devida atenção pelo pesquisador (CALDANA, 1998).

A partir da consideração de que as crenças e atitudes dos pais são determinadas por um conjunto amplo de fatores, entre os quais seu contexto sócio-cultural, seu nível de conhecimento, a história de sua vida, as experiências vividas, suas necessidades motivacionais, conflitos intrapsíquicos e estado de desenvolvimento pessoal, Miller (1988); Newson e Newson, (1990) e Lightfoot & Valsiner (1992) consideram importante a utilização de entrevistas abertas, que permitem identificar teorias explícitas e implícitas adotadas pelos pais, como definem ou representam as situações vividas, como concebem o desenvolvimento da criança, do que consideram que ela é, de como e em que extensão pode ser influenciada e de como suas ações repercutem no desenvolvimento e na vida do filho.

Dessa maneira, considerando o objetivo deste trabalho, optou-se pela realização das entrevistas segundo o modelo denominado “História de Vida Temática”, que combina a estratégia metodológica de História de Vida com a entrevista semi-estruturada.

Segundo Meihy (1994) tal modalidade de entrevista engendra tanto a opinião ou posicionamento do sujeito sobre determinado evento quanto seu ponto de vista em relação aos fatos e significados de sua própria história de vida. Nessa mesma direção, Queiroz (1987) comenta que ao reconstituir sua história de vida através do relato ao pesquisador, o narrador não só traz aspectos particulares de sua experiência, mas também refere-se à sua existência através do tempo, onde são delineadas suas relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua família e de seu contexto social como um todo. Assim, caberia ao pesquisador captar aquilo que ultrapassa o individual e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence.

A modalidade “Historia de Vida Temática” pressupõe a realização de entrevistas em dois momentos: no primeiro solicita-se ao entrevistado o relato da sua “história de vida” com

mínima interferência do entrevistador; esgotada esta etapa, o pesquisador busca a complementação das informações já obtidas, de acordo com uma série de tópicos previamente definidos (Anexo A), caracterizando-se a entrevista neste momento como semi-estruturada. Esta modalidade alia as vantagens das modalidades menos estruturadas às de focalização da entrevista, que possibilita o acesso a informações previamente definidas como importantes para o pesquisador e que referem-se mais especificamente ao tema central de estudo.

Comigo ou contra mim?

É importante destacar que, neste trabalho, optamos por centrar o foco nas experiências e concepções dos entrevistados sobre suas práticas educativas, não fazendo referência direta, em momento algum, à violência ou agressão pela qual foram denunciados. Este procedimento facilitou o contato entre pesquisadora e entrevistados e convergiu para o objetivo da pesquisa que visa a compreensão da ótica destes sobre seu papel de pai/mãe e suas práticas educativas.

2-) Participantes

O presente trabalho foi realizado através de entrevistas com pais e mães denunciados por violência física contra seu(s) filho(s) ao Conselho Tutelar de uma cidade do interior do estado de São Paulo.

Em um trabalho como este, que não parte de hipóteses pré-determinadas, mas que se propõe a estudar uma temática a partir de seus aspectos mais desconhecidos, visando obter uma descrição compreensiva do objeto em questão, a delimitação do número de participantes se faz a partir de aspectos tais como a qualidade e quantidade das informações já obtidas, o quanto completo é o quadro que essas informações permitem traçar, bem como a necessidade

“prática” de concluir o trabalho, pois, como aponta Debert (1986), a riqueza de detalhes e a complexidade inerente a cada entrevista sugerem um trabalho sem fim. Nesse sentido, Biasoli-Alves e Dias da Silva (1992) apontam que um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar de uma representatividade estatística. Desta forma, optou-se pela coleta de dados utilizando-se o denominado “ponto de saturação” (BERTAUX, 1980 apud ALBERTI, 1989), que seria o momento em que se verifica que os conteúdos se repetem de uma entrevista para outra, indicando que o conjunto de informações obtidas sobre o objeto de estudo atingiu um limiar representativo para a análise.

Dessa maneira, apresentaremos dados referentes a seis entrevistas, sendo estas realizadas com 3 pais e 3 mães de diferentes famílias, denunciados por uso de violência física contra seus filhos. Os genetogramas de cada um dos participantes podem ser vistos como anexos deste trabalho (Anexo B). Segue abaixo o quadro de caracterização dos entrevistados:

Nome³	ano nasc.	Estado civil	Nº de filhos	Escolaridade/ Profissão	Renda	Denúncia
Janete	1966	Amasiada (2ª união)	5	8ª série/ Trabalhadora rural	R\$370,00 (média)	Agressão contra a filha (15 anos)
Paulo	1964	Amasiado (2ª união)	3	1º ano ensino médio/ Aux. de prod.	R\$600,00	Agressão contra o filho (16 anos)
Vânia	1975	Solteira (2 uniões consensuais)	2	1º ano do ensino médio/ Doméstica	Um salário mínimo	Espancamento da filha (11 anos)
Denise	1974	Casada (2ª união)	4	5ª série/ Faqueira aposentada por depressão	R\$500,00	Agressão física e ameaça de morte aos filhos.
Michel	1966	Viúvo Amasiado (5ª união)	3	6ª série/ Eletricista. Afastado por depressão	R\$500,00	Violência física contra o filho (7 anos)
Augusto	1977	Divórcio em processo	2	8ª série/ Servente de pedreiro	R\$400,00 (média)	Violência física contra a esposa e os dois filhos

Quadro 1- Caracterização dos entrevistados

³ Os nomes são fictícios.

O quadro de caracterização dos participantes, acima descrito, nos apresenta um conjunto de informações importantes a respeito destes: podemos observar que todos se encontram na faixa etária entre 30 e 40 anos, apresentam grau de escolaridade até o 1º ano do Ensino Médio e renda entre 1 e 2 salários mínimos. Pode-se também observar que apenas 1 dos entrevistados está em sua primeira união, na verdade estando em processo de divórcio. Outro dado relevante é que, na maioria dos casos, a denúncia refere-se à agressão contra apenas um dos filhos do (a) entrevistado (a). É importante ressaltar que os nomes são fictícios.

3-) Procedimento para a coleta de dados

As denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes são feitas ao Conselho Tutelar da cidade em questão. Feita a denúncia, os pais ou acusados são intimados a comparecer ao Conselho Tutelar onde é feita a aplicação da medida de proteção e o encaminhamento da família para serviços municipais de atendimento. Porém, na época da realização da pesquisa, a cidade não dispunha de um serviço específico para atendimento dos casos de violência física doméstica, contando apenas com um programa que atende casos de abuso e vitimização sexual. A opção de encaminhamento que se tinha então, era para o Serviço de Psicoterapia do Ambulatório de Saúde Mental, que atende demandas de todas as instituições da cidade e que no momento da realização da pesquisa contava com apenas 3 profissionais para a realização dos atendimentos, sendo a pesquisadora uma destas profissionais.

É importante destacar que antes de qualquer procedimento de coleta dos dados, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP – USP (Anexo C). As entrevistas foram realizadas com pais/mães encaminhados para atendimento no Conselho Tutelar em um

momento anterior a qualquer tipo de intervenção ou encaminhamento. O convite inicial à participação na pesquisa foi feito pelos conselheiros tutelares, e somente após esse consentimento a pesquisadora entrou em contato com os entrevistados. Assim, a participação foi voluntária e documentada por um termo de consentimento esclarecido (Anexo D).

O projeto desta pesquisa previa que se durante as entrevistas fosse identificada alguma necessidade de atendimento psicológico, a pesquisadora providenciaria o encaminhamento necessário após a realização da entrevista. Desta maneira, após finalizarem sua participação na pesquisa, 3 entrevistados foram encaminhados ao Serviço de Psicoterapia do Ambulatório de Saúde Mental da cidade em questão.

Todas as entrevistas foram realizadas de forma individual, gravadas e transcritas na íntegra, tendo duração média de 1 (uma) hora.

4-) Análise

As entrevistas foram analisadas de acordo com o modelo proposto por Biasoli-Alves, e Dias-da-Silva (1992), que prevê a sistematização das informações obtidas de leitura sucessivas do material acompanhadas de anotações de tudo o que se apreende dos dados e do que eles significam, levando em conta tanto suas regularidades quanto diferenças. Este trabalho deve, segundo este modelo, ser acompanhado de um movimento constante entre dados, abordagem conceitual e a literatura a respeito do tema, até que se atinja um quadro de análise significativo e compreensivo. Segundo este modelo ainda, o momento da redação é essencial, constituindo a etapa final da análise.

Tal procedimento prevê uma seqüência onde numa primeira etapa lida-se com as entrevistas uma a uma, procedendo-se à sua análise temática, e posteriormente trabalha-se de

forma transversal, reunindo-se os recortes referentes a cada tema de todas entrevistas (BARDIN, S.D.).

Assim, a análise é feita através da sistematização das informações obtidas de leituras sucessivas do material, acompanhado de anotações de tudo o que se apreende dos dados e do que eles significam em relação ao objetivo principal da pesquisa.

Neste trabalho, isto significa que toda a leitura do material e os apontamentos realizados estão relacionados ao modo como os entrevistados – pais/mães agressores relatam suas experiências como educadores, sua visão sobre sua conduta, sobre a criança, seus objetivos e as conseqüências de seus comportamentos para o filho.

III – ANÁLISE DOS DADOS

Retratos de Histórias, Relatos de Vida

As seis entrevistas realizadas compõem um mosaico de vivências, histórias de lutas e lutos, encontros e desencontros nas relações familiares nas diferentes gerações. Os significados atribuídos às experiências passadas e presentes apresentam-se numa diversidade de cores e tons, confirmando a impossibilidade de se entender as práticas educativas e o fenômeno da violência física de através de relações simples de causa e efeito.

Faremos, em um primeiro momento, uma apresentação geral de cada um dos entrevistados, que será seguida de uma categorização de núcleos de sentido considerando o material referente a todas as entrevistas. O leitor perceberá que o material é composto de muitas falas dos entrevistados, e assim, poderá perceber que tais falas são bastante expressivas em relação aos temas abordados e aqui apresentados.

IIIa - Retratos

Retrato 1: Janete

Janete é mãe de 5 (cinco) filhos, com idades entre 22 e 12 anos, tem 40 anos, é trabalhadora rural e está em sua segunda união. Foi denunciada por agressão física contra uma das filhas, uma adolescente de 15 anos, que diz ser a única que dá trabalho. É importante ressaltar que a denúncia ao Conselho Tutelar foi feita pela própria filha.

Quando convidada a falar da própria infância, Janete relata que é filha única, descreve sua infância como “triste, triste”, em função de problemas locomotores, já que mancava de uma perna e usava muletas, e de audição, que a faziam sentir-se diferente das outras crianças. Refere-se também a problemas familiares: o pai de Janete batia em sua mãe e abandonou a família quando esta era recém-nascida. A partir daí sua mãe foi trabalhar como trabalhadora rural para sustentar a si e a filha e passou a consumir álcool. Ela então ficava na casa de parentes e vizinhos e tinha pouco contato com a mãe. Janete coloca que nunca apanhou da mãe, e associa este fato às deficiências que apresentava.

Depois de adulta, Janete passou a usar um aparelho de surdez, que lhe devolveu parte da capacidade de ouvir. Casou-se e teve o primeiro dos cinco filhos aos 17 anos. Aos 28 anos, já com os cinco filhos, foi deixada pelo marido, segundo ela pelo problema de audição; está atualmente em sua segunda união e diz se dar bem com o marido.

A fala desta entrevistada é marcada por relatos de dificuldades em educar os filhos atualmente, sentindo-se perdida e confusa em seu papel:

(...) o jeito a forma de ensinar hoje é diferente, eu fico confusa, e aí é onde eu me perco, eu não sei onde eu parei, onde eu fiquei, onde eu vou, parece que você tá numa cidade estranha não sabe que rumo tomar, é assim que eu fico hoje.

Apresenta um posicionamento duplo quando se refere à educação recebida na infância: por um lado considera sua infância triste e sofrida, e por outro traz boas referências ao modo como foi educada, principalmente nos momentos em que a compara com a educação atual:

Hoje eu não soube dar pros meus filhos a educação que eu tive, que o tempo todo é difícil demais. (...) porque eu acho que eu fiquei parada lá atrás.

Janete traz também a “imposição” pela lei, de não poder bater como algo que dificulta a sua atuação na educação dos filhos:

É muito mais complicado por que, veja bem, você tem seu filho, ele faz uma coisa errada você fala, ele não ouve, você torna a falar ele não ouve, você vai bate eles te leva lá pra baixo [*E: Lá pra baixo?*] Pro Conselho Tutelar, que a maioria das criança hoje tá estragada por causa do Conselho Tutelar, aí chega lá em vez de eles vê o lado da gente e ajudar a gente a educar os filhos, não, eles vai pro lado das criança e prejudica a gente. Então é onde você vai corrigir seu filho mais severo, pra mó de virar uma coisa que presta, não tem jeito, que você fala uma vez não escuta, fala outra não escuta aí uma hora você perde a paciência né! Aí vai dar umas chinelada, umas correçada já é ameaçada que vai levar você pra baixo.

Longe de sentir a intervenção institucional como aliada ou forma de ajuda, a entrevistada coloca tal interferência como prejudicial, ao considerar que esta retira um importante recurso educacional de sua experiência: a punição física. Assim, descreve uma ação meramente punitiva da instituição para com ela.

Retrato 2: Paulo

Paulo tem 42 anos, é o quarto de nove irmãos e trabalha como auxiliar de produção em um frigorífico da cidade. É casado pela segunda vez e pai de três filhos, todos do primeiro casamento, incluindo a segunda filha, que faleceu com a idade de 1 ano e 4 meses, há doze anos. O Conselho Tutelar descreve a denúncia como anônima, tendo Paulo sido denunciado por agressão física contra o filho mais velho, de 17 anos.

O entrevistado relata não se lembrar da infância, trazendo memórias a partir dos seus 15 anos, quando começou a sair e a “viver a vida”. Descreve um ambiente familiar tranquilo, boa relação com os pais e irmãos, ressaltando contudo um certo afastamento por parte do pai e o desejo de maior proximidade com este.

(...) então isso eu não tive nada com meu pai, isso é uma coisa que eu queria ter tido assim, dele sentar e falar: “ ah filho, é isso e isso é isso”, tanto é que nem eu falei uns minutos atrás, com 40 anos outro dia eu cheguei na casa do meu pai reclamando dele e tal, eu falei: ‘Poxa vida, eu queria tanto que o senhor tivesse sido meu amigo, de conversar, de contar as coisas, de explicar isso e aquilo, o senhor sempre foi assim: ah não tá precisando de nada`.

Descreve o filho adolescente como alguém que “não está nem aí”, não se interessando em estudar ou trabalhar, e que ainda cursa a sexta série. Relata que não sabe como explicar o que acontece com o filho e nem como ajudá-lo.

(...) É que esse rapaz, ele tá com 17 anos, hoje era para ele estar no 2º colegial, ele tá na sexta série, ele não sabe ler direito nem escrever direito. Ele não sabe mas também não quer, não tem interesse nenhum. Serviço já teve dois serviço aí ele perdeu porque ele não tem vontade de trabalhar, ele é daqueles desanimado (...)

Então, se fosse para pensar assim, quem é esse menino puxou? Porque hoje ele não quer saber de trabalhar nem de estudar e eu não sei o que ele quer da vida, sendo que meus parentes tudo já tentou ajudar tanto na forma de conselho até na parte de estudo, tentando ajudar, dando uma coisa ou outra para fazer, pegando no pé dele, então a gente vê que ele não quer saber

mesmo, e ele sabe que é preciso, hoje sem estudo não vai a lugar nenhum, ele não quer de jeito nenhum. O negócio dele é ficar dentro de casa.

É importante salientar que ao longo de todo o seu relato, Paulo mostra sua preocupação com o filho pelo seu rendimento escolar bastante insatisfatório e por sua indisposição a trabalhar. Relata dificuldades em compreender o que se passa com o filho, em ajudá-lo ou orientá-lo. A violência física aparece como única alternativa vista pelo pai, que expressa claramente:

(...) então nesse tempo que ele passou a morar comigo ele andou tomando umas, umas sovas dele por causa que a gente não sabia o que fazer. Conselho, castigo, não resolvia nada. Como a gente acha que é o caminho mais... mais fácil não, é o caminho certo, a gente sempre de vez em quando dava uma cintada, uma chinelada, então sempre tinha uma reclamação, para poder ta ocorrendo isso aí.

Junto às dificuldades que expressa, evidencia também uma reflexão crítica a respeito de seu próprio comportamento e das estratégias utilizadas com o adolescente, parecendo buscar, no momento outras alternativas educativas.

Porque eu também de vez em quando, agora que eu parei porque eu andei batendo nele de dar tapa nele, às vezes eu dava um pescoção nele, e duns tempos pra cá eu pus na cabeça que assim, espera lá, a gente tem que ter consciência que ele tem que criar vergonha na cara pra não precisar tá apanhando e eu também ter a cabeça no lugar para não precisar bater, né? porque ta rapazinho já, ta moço, então bater, eu sempre dei umas cassetadas, peguei uma cinta, bati com chinelo, mas algumas vezes já bati de mão nele,

minha esposa ainda até entrava no meio, pedia para não fazer. Então eu tenho noção também de coisa errada que eu fiz sobre isso aí.

Paulo fala de seu medo de “perder o filho” afetiva ou concretamente, demonstrando que em suas concepções, neste momento as punições físicas podem afastar o filho de si :

(...) eu morro de medo que de uma hora para outra esse moleque fala: “ To indo embora”, sair pro mundo aí, desandar. Então por isso que eu ainda penso: “ já que eu não devo bater do jeito errado, eu vou procurar bater de jeito nenhum”, né? por que esse filho meu pode ter todos os defeitos do mundo, mas eu quero ele comigo, então é onde que eu procuro não ser tão errado com ele para ele não, as vezes amanhã eu falo: “ cadê ele?” e ele não tá aqui, prefiro ele tranqueira, mas com ele aqui, né? graças a Deus tranqueira por enquanto, né? (risos)

Retrato 3: Vânia

Vânia trabalha como empregada doméstica, tem 30 anos e duas filhas: Jane de 11 anos e Bruna de 3 anos. Foi denunciada por seus vizinhos por espancamento da filha mais velha, o que chegou a causar uma fratura no braço da criança. É o caso mais grave de agressão dentre todas as entrevistas realizadas. A entrevista foi carregada de emoções e histórias de ausências, agressão, abandono. Foi o contato que mais mobilizou a entrevistadora e um dos casos que foi encaminhado para atendimento psicológico.

A entrevistada relata que sua infância foi difícil e marcada por faltas e violências. É a terceira de quatro filhos de pais diferentes. Não conhece o pai, sua mãe era prostituta e entregou os filhos para outras pessoas cuidarem, tendo criado apenas sua irmã mais nova. Seu

irmão mais velho foi entregue para adoção, e o segundo e Vânia ficaram aos cuidados de uma senhora que era paga pela mãe. Vânia relata que durante os três primeiros anos de vida ficava “de casa em casa”, morando com tias, madrinhas e outros familiares até ser levada para a casa desta senhora, onde permaneceu até os 12 anos. Relata que era tratada com diferença em relação ao irmão e que apanhava muito desta senhora:

(...) por que eu já sofro com os problemas que eu trago lá da minha infância, minha mãe não me criou, me deixou morando numa casa com uma mulher que criou eu e o meu irmão, só que tudo era pro meu irmão, o meu irmão era o bonitinho, o meu irmão era o certinho, o meu irmão era tudo e eu era a pior.

(...) punha eu para trabalhar assim até falar chega, sabe? Mas ela não tinha um pingão de paciência comigo. Ela me batia o tempo inteiro, eu apanhava não sabia por que, tinha umas borrachas dela bater e ela batia.

Depois de ficar “mocinha”, foi levada para morar na casa de uma família para trabalhar como doméstica em troca de alimentação e moradia. Trabalhou em duas casas e aos 17 anos foi demitida, passando a morar sozinha em uma casa que sua mãe emprestou.

Estudou até o segundo ano do ensino médio, mas perdeu a vontade de ir pra escola pois gostava de sair com colegas. Foi trabalhar em uma empresa e começou a sair com o chefe, segundo ela, somente para ter segurança no emprego, já que sentia uma certa aversão em relação a ele.

[E: por que você saiu com ele?] Por medo de perder o emprego, só por isso. Eu ficava com ele para ter uma segurança no emprego.

Nesta época estava com 18 anos e tinha um namorado de quem gostava; quando engravidou ficou na dúvida sobre a paternidade do bebê. Apesar disso foi morar com o namorado e sua família, já que sua mãe a despejou da casa ao saber da gravidez:

Aí rapidinho foi parar no ouvido da minha mãe, a minha mãe foi lá e pos tudo as minhas coisas na rua e eu fiquei sem casa para morar.

(...) aí eu tinha um namorado que eu gostava muito dele, aí ele pegou e contou para a mãe dele, a mãe dele foi e me buscou e me levou para casa deles, só que aí veio o problema porque a gente não podia contar para a mãe dele que eu poderia estar esperando um filho daquele homem, porque eu não sabia quem era o pai da criança, eu sabia que era ou o meu namorado ou esse homem que era meu chefe.

Vânia relata seu sentimento de rejeição pela criança e sua situação de desamparo, relacionada à constatação da paternidade: após seu nascimento imediatamente foi reconhecida como filha de seu chefe devido à cor negra:

(...) porque quando eu tava grávida eu só sentia medo, então eu olhava pra minha barriga, eu pensava assim: ‘ se essa menina for daquele homem ... se essa criança for daquele homem ela tem que sair daqui, aí Deus vai me ajudar que vai tirar essa criança de dentro de mim, e se for do que eu gostava ela vai ficar, por que eu vou ser feliz, porque a gente vai ficar junto, agora se não for eu acabei com a minha vida’.

(...) aí eu não conseguia nem ir trabalhar para não ter que ficar olhando na cara do pai da menina, sabe? Porque eu acho ele horrível, eu acho ele muito feio, velho, sabe? então ele não tinha nada a ver comigo.

Quando a criança nasceu, aí na hora eu vi que a menina não era filha dele por causa da cor. E a menina também nasceu muito parecida com o pai mesmo, sabe? Muito, muito, muito. Então eu vi que não era filha dele, ela era uma bebê muito linda, apesar de ter assim toda descendência negra mais ela era muito linda, só que aí quando eu peguei a menina no hospital para ir embora... bom, a hora que ela nasceu que eu olhei para ela eu já não dei mamar, eu deixei ela passar fome e lá no hospital, eu não pus ela no meu peito, as outras mães punham no peito e eu não punha no horário de mamar, eu só ficava olhando para ela assim. Aí eu já não tinha jeito de mãe com ela, eu pegava ela de qualquer jeito, sabe? Se você por um filho de bruço, você não fica com medo dele perder a respiração? Eu punha, eu não tinha medo, eu fazia assim. Aí o médico deu alta eu fui embora, eu falei: “ agora nós vai para a rua, né? porque o povo vai mandar nós embora.

Apesar de todos estes sentimentos, a entrevistada relata que não quis dar a filha para adoção para não repetir sua história; mas a relação com ela teria sido tão difícil e ambígua que hoje reavalia esta escolha:

(...) só que eu não pensava em abandonar a criança, de forma alguma, eu nunca pensei em dar ela, porque eu não queria dar filho por causa que a minha mãe me deu, isso eu nunca quis.

(...) aí depois que a menina nasceu eu não tinha aquele amor verdadeiro de mãe para filha, só que eu achava que eu tinha que criar porque

a minha mãe não me criou, então o que eu não tive da minha mãe eu queria dar para ela. Só que hoje ao decorrer de tantos fatos que aconteceu na educação dela eu vejo que talvez teria sido melhor eu ter dado ela do que ter criado ela.

Então eu consigo ir lá comprar alguma coisa e dar para ela, mas eu não consigo pegar ela e por no meu colo de verdade, entendeu? Então isso, hoje eu penso que talvez se eu tivesse deixado outra pessoa amar ela de verdade, eu não taria passando... ela não taria passando o que ela tá passando hoje.

A entrevistada coloca que a criança é agressiva e “rejeitada pela sociedade”. Declara que sempre teve e ainda tem dificuldades em sentir e expressar afetos positivos pela filha, muitas vezes extravasando sentimentos de rejeição, frustração e raiva através da agressão:

(...) eu sempre tava culpando ela porque o pai não ligava, por que eu tava sozinha, porque eu tinha que enfrentar tudo sozinha, então eu não dava amor, não dava carinho e eu olhava para ela com um olhar assim, um sentimento diferente, um sentimento de mágoa, sabe? Então ao mesmo tempo que eu queria dar amor, dar tudo aquilo pra ela eu não consigo, eu não consigo.

Porque hoje ela é uma criança que não convive no meio da sociedade, ninguém quer ela, todo mundo rejeita ela, ela é agressiva, né? Então eu também bati muito nela, muito. Às vezes eu chegava do emprego nervosa, angustiada, cheia de problemas e aí ela fazia alguma coisinha eu já aí em cima dela e batia nela como se eu estivesse batendo num adulto, sabe? [E:

como era isso? O que você sentia na hora?] Eu sentia raiva, parece que aquela criança tinha me feito alguma coisa, sabe? Eu não consigo me conformar com ela, parece que eu nunca quis ela, eu queria que ela fosse diferente, mas ela não é diferente.

O ciclo de abandono, rejeição e agressão parece se repetir nas vidas de Vânia e Jane. A criança passa a exibir comportamentos agressivos na escola e nos lugares em que frequenta e a mãe a pune com surras e palavras.

Um dado relevante neste caso é que a mãe tem uma visão crítica do que acontece, mas relata uma incapacidade de agir de forma diferente. Em determinado momento da entrevista pede inclusive punição para si mesma:

Porque eu queria, eu queria poder tratar ela diferente, às vezes eu conseguia mas era coisa assim instantânea, aí voltava tudo como era antes: “você é isso, você é aquilo, você é do não sei o que”, sabe?

(...) amor, carinho, eu acho. Só que eu não consigo (choro), não consigo dar isso, não sei por quê, não sei (sussurra entre lágrimas). Não consigo, eu não consigo mais, eu já tentei mas eu não consigo. Olha, eu vou te falar, eu quero uma punição para mim, eu não ligo, eu não me importo, se quiserem me prender, me processar, pode me processar, pode me prender, eu sei que eu sou errada, mas eu não consigo, não consigo (choro).

É importante destacar que o sentimento da entrevistadora neste contato foi principalmente de pesar e impotência. Ao final da entrevista, foi perguntado à entrevistada se esta gostaria de ser encaminhada para atendimento psicológico. Com o consentimento desta foi dado o encaminhamento para o Serviço de Psicoterapia do Ambulatório de Saúde Mental da cidade.

Retrato 4: Denise

Denise está em processo de separação de seu segundo marido. Tem 31 anos, quatro filhos, sendo os dois primeiros do primeiro casamento e os dois últimos do segundo, com idades entre 11 e 1 ano e meio. Trabalhava em um frigorífico e, segundo ela, há 5 meses foi aposentada por depressão.

A denúncia atual foi feita pela delegacia para onde Denise e o marido foram levados após uma briga conjugal que culminou na ameaça por parte de Denise a este com uma faca. Neste episódio Denise teria ameaçado voltar para casa e matar os 4 filhos, o que provocou imediato acionamento do Conselho Tutelar por parte da delegacia e a imediata retirada e colocação das crianças em um abrigo da cidade. Denise relata que os filhos estão abrigados há mais de 3 meses e que está lutando para tê-los de volta em casa.

É a mais velha de 3 irmãos, iniciando o relato de sua história pelo fato de o pai ter outra noiva antes, e ter se casado com a mãe por esta ter engravidado. Relata brigas constantes entre os pais e pouca proximidade destes com ela, sendo a avó paterna a figura mais próxima e afetiva:

Eu era criança que eu demorei falar muito, chupava muito chupeta, eu era muito agarrada com a minha avó, com a minha avó mãe do meu pai, que é falecida. Com ela assim, eu era muito agarrada porque eu acho assim, que o sentimento de mãe, a paciência que ela teve comigo é o que, o que eu tenho pra passar pros meus filhos hoje, sabe?

Em sua história, refere-se à agressão como forma de contato, ao costume de apanhar dos pais por qualquer coisa que fizesse, da professora na escola (reguadas, puxões de cabelo) e posteriormente do primeiro marido, razão pela qual veio a se separar deste. Mais tarde relata que veio ainda a ser alvo de agressões do segundo marido:

(...) aí na escola em me sentia assim... eu sentia muito preconceito pela minha cor, pelo... pelas minhas roupas, pelos meus materiais, minha professora colocava os ruim numa parte e os melhor na outra, sabe? Eu tinha 6 anos e meio, então eu sofria a violência em casa e sofria da professora, às vezes eu não tava dando conta de aprender uma coisa porque eu tava com a cabeça lá em casa e ela vinha, puxava meu cabelo, me dava reguada, eu chorava, as criança ria de mim e eu ia embora chorando, e... e aquilo ia virando uma bagunça na minha cabeça.

(...) aí o dia... o primeiro dia que ele me deu o primeiro tapa eu perdi a confiança nele. Aí depois desse tapa foi um murro, agressão, aí eu fui me defendendo, fui revidando [*E: Começou você já tinha a filha pequena?*] Antes e depois da Marta, aí depois eu, eu fui trabalhar na Festa do Peão e ele se sentiu enciumado de mim, fui com o consentimento dele e tudo, ele me deu um murro, me machucou muito, até as pessoas que tavam junto lá trabalhando se revoltou contra ele pq viu a atitude de agressão que ele teve comigo, né? Aí eu tomei a decisão de separar dele, a Marta era novinha.

Aí quando foi em 2002 o Alex que é meu primeiro filho com ele nasceu, teve uma vez que a gente discutiu do Alex ele me bateu, eu até chamei a viatura, aí quando chegou na delegacia da mulher, por ele ser pai do meu filho e eu gostar dele eu abri mão do boletim de ocorrência e eu fiquei com medo até do meu filho nascer com problema mas graças a Deus ele nasceu bem, perfeito.

Em alguns momentos da entrevista, a entrevistada se mostra preocupada em passar uma imagem de normalidade à entrevistadora e durante toda a entrevista volta-se para a

questão do abrigo dos filhos, que parece ser uma preocupação central da entrevistada neste momento:

Tenho vida social sim, tenho amigos, sou uma pessoa normal, tenho amigos, amigas, nesse momento que eu to passando que eu vejo quem são realmente meus amigos.

A entrevistada relata o episódio que culminou no abrigo das crianças em função de uma briga conjugal, que estavam sendo constantes entre ela e o marido. Relata que em meio à discussão, seu marido quis sair de casa, dizendo que iria voltar para a casa da mãe. Ela, tentando impedir, foi atrás dele e acabaram parando em uma delegacia, onde Denise ameaçou voltar para casa e matar os filhos. Imediatamente o Conselho Tutelar foi acionado e as crianças retiradas da casa:

(...) eu não sei nem daonde que a gente começou a discutir, ele já ignorou e falou: “Cê quer saber duma coisa, eu vou pra casa da minha mãe” e eu falei “Ah, ce quer largar de mim faz tempo, ce quer um motivo, qualquer coisinha ce discute”, aí ele pegou a roupa dele e foi saindo, eu pedi pra ele não ir, pra gente conversar, resolver os problema entre a gente e não levar pra família, sem gritar. Mas ele foi saindo, aí ele pegou e me empurrou e meu filho de 10 anos foi pra cima dele, aí ele foi pra cima do meu filho e eu defendi meu filho, com a primeira coisa que eu vi na minha frente eu fui em cima dele, aí a hora que eu fui em cima dele eu joguei a faca dentro do carro, mas não na intenção de matar, joguei porque ele saiu correndo e eu joguei no carro pra ir atrás dele, e ele subia uma rua, descia outra, entrava dentro da casa de um, falando: “Ai, ela quer me matar, quer me matar”, fazendo alvoroço, que não era aquilo que eu queria, querendo se fazer de

vítima, mas isso que aconteceu foi na frente do meu filho de 10 anos, né? Aí tinha um bar lá na frente, ele entrou dentro do bar, sei que nós fomos tudo parar dentro da delegacia, aí eu tava muito nervosa, e foi por isso que eu falei sem pensar, mas eu nunca ia fazer aquilo. [*E: O que você falou quando tava nervosa?*] eu falei que quando chegasse em casa eu ia matar meus filhos, mas eu nunca ia fazer uma coisa dessas, a gente fala as coisa sem pensar quando tá nervoso. E foi por isso que eles colocaram eles no abrigo.

Em relação ao uso de violência física com os filhos, a entrevistada coloca atualmente utiliza preferencialmente o recurso do castigo, mas que de vez em quando bate para que os filhos tenham respeito por ela. No entanto, diferencia ‘bater’ de ‘espancar’:

Então eu procuro aplicar castigo, que é a melhor maneira, entendeu? Porque bater numa idade dessa revolta muito a criança e eu já apanhei muito, eu já passei por isso, eu sei como é que é. Às vezes assim a gente bate mas não é uma coisa de espancar, porque a gente fica falando, falando, cansa os pulmão, cansa a saliva, se deixar dorme sem tomar banho, leva tarefa sem fazer, é bilhete, briga um com o outro de chute, então eles tem que ter respeito com o pai e a mãe, porque se a gente perder as rédeas, aí o mundo lá fora ensina coisa pior, daqui uns dia tá apanhando da polícia.

Em relação ao papel de “mãe agressora”, a entrevistada não se considera enquadrada em nenhum momento nele, demonstrando indignação em relação às denúncias feitas contra ela:

E hoje eu tô sendo julgada por pessoas que não me conhecem, que não sabem como é que era mesmo, meus filhos sabem, eles tão revoltados, nem

querem chegar perto do pai. E eu fiquei muito triste porque eu vi no boletim lá pessoas que tavam ligando no conselho e me denunciando, falando que eu espancava meus filhos, que eu fazia isso e aquilo, e às vezes a gente vai corrigir uma criança e a pessoa... eu já até sei quem foi as pessoas, daonde eu morava e daonde eu moro agora, que são pessoas que tão me vigiando 24 horas pra denunciar, achando bom o que tá acontecendo comigo, vendo minha tristeza, vendo meu semblante, meu sofrimento.

Retrato 5: Michel

Michel tem 39 anos, trabalhava em um frigorífico mas está afastado há 2 anos, segundo ele, por depressão. É o segundo de 3 filhos homens, sendo o pai funcionário aposentado de um frigorífico e a mãe dona de casa. É pai de 3 filhos, mantendo porém, contato somente com os dois mais novos de 9 e 7 anos, já que a primeira filha, hoje com 15 anos, é fruto de um relacionamento passageiro. Foi denunciado por violência física contra o filho de 7 anos.

Podemos ressaltar dois aspectos em seu relato: em primeiro lugar a referência marcante e constante ao relacionamento conturbado com o pai desde a infância, trazendo-o sempre como uma figura negativa, que sempre o maltratou, e de quem Michel procura manter distancia mesmo morando na mesma casa. Vale destacar que o relato de Michel é permeado de referências ao pai, a sentimentos negativos e faltas em relação a este.

(...) portanto que eu não converso com o meu pai faz mais de... nós não tem contato um com o outro. A única coisa que tem é bom dia e boa noite, faz uns quinze anos. [E: Por quê?] Porque nós num, num combina, não sei que que é, nós num tem diálogo, ele é nervoso. Então ele é muito

nervoso, ele é nervoso mesmo, ele só xinga aqueles Palavão, é só isso que ele sabe fazer, barulho e... porque ele me batia demais também, eu me lembro quando ele me batia, entendeu? Batia, e ele batia com o que tivesse na mão, ele e a minha vó que é mãe dele, já faleceu, né? Com oitenta e dois anos, que morou com nós... e o que mais apanhava era eu.

Ele me maltrata, então, maltrata ... até um dia ele pegou um pedaço de porrete, sabe? Esses dia pra trás, coisa de um ano atrás, que ele veio pra cima de mim, eu dei um empurrão nele, joguei ele pro chão, aí ele disse que ia até comprar uma arma.

O entrevistado relata que não conseguia permanecer muito tempo no trabalho e nem com as namoradas, tendo entrado e saído do emprego várias vezes e se relacionado com várias mulheres:

(...) trabalhei tudo picado, dois anos, ficava 7 mês parado, depois trabalhava mais 2 ano, ficava uns 6 mês parado, 3 anos... é quando eu fui aumentando de idade eu ficava mais, ficava uns 4 ano, saía, ficava 1 ano parado, depois trabalhei mais 3 ano, foi umas 10 vez desse jeito.

(...) eu fui muito... até hoje, até hoje não, agora não, eu já fui amigado com várias mulheres, é 5,6, um ano com uma, dois anos com outra, larga, mais um ano e meio com outra larga, já namorei bastante, fui muito muiezeiro, na época de clube, também não tinha dia para chegar, meus colegas voltava e eu ficava com outros caras.

Costuma “sumir” de casa, viajar com amigos, ir para noitadas, o que faz desde a adolescência, relatando que sempre encontrou mais afeto na rua do que em casa:

(...) eu pego e saio. Às vezes eu saio, às vezes eu saí numa segunda-feira que não tem o dia para chegar em casa não, minha mulher ligando para a polícia fica ligando, as vezes eu saio, hoje mesmo se acontecer ou amanhã, terça, quarta, apareço só a semana que vem. [*E: aonde você fica?*] fico na casa dos amigos, estudantes, perto ali da faculdade, eu tenho muita amizade com eles. Tenho colegas até hoje, eu não mexo com droga, entendeu? eles mexe, cocaína, maconha. Então eu fico, saio, vou viajar com eles, entendeu? Mas é assim, aí quando dá na cabeça eu dou um pulo na casa deles.

(...) sumia por causa de dentro de casa mesmo, parece que não tinha carinho dentro de casa o meu carinho era na rua, me sentia bem era na rua com os amigos, entendeu? Porque em casa que eu me lembro até hoje é só isso e, toda a vida foi essa anarquia, essa desavença.

Assim, quando questionado a respeito da paternidade e do significado desta em sua vida, Michel refere-se à restrição de sua liberdade, mesmo que temporária, já que permanece no ritmo de sua juventude: muita “balada” e inconstância nos relacionamentos com mulheres.

De ter os filhos eu senti, mudou. Porque eu saía, na vida assim lá fora. parece que breca a gente, para, é uma coisa forçada. Que nem essa mãe dos meus filhos não, eu comecei a gostar dela, aí parou, aí parei. Depois que nós separou aconteceu a tragédia, eu fiquei desorientado muito tempo, um mês, aí comecei a pegar a balada de novo, aí arrumei essa aí faz seis meses que nós tamo morando junto.

Atualmente está amasiado pela quinta vez, e nestes relacionamentos ou morava com a companheira na casa dela, ou junto com seus próprios pais, situação em que se encontra atualmente.

A mãe dos seus 2 filhos mais novos suicidou-se há 2 anos. O entrevistado relata que a esposa começou a beber até tornar-se alcoólatra. Após alguns atritos familiares ela decidiu separar-se de Michel e voltar para a casa da mãe, levando os filhos consigo; uma semana depois, segundo ele, atirou-se alcoolizada na frente de um carro em uma rodovia:

Nóis separou porque... até é uma coisa que não dá pra entender, por causa de cerveja, ela não bebia e nem eu, ela começou a tomar uma, me oferecia e eu falava: “mas nois não bebe”, aí começou a tomar, aí já ficava bebinha, ficava chapada, aí começou a xingar meu pai, isso foi lá na casa dele. Aí ia tomando, foi aumentando, depois começou a tomar vinho, chegou uma hora que eu cheguei em casa, aí ela tava discutindo com o meu pai, falando: “eu não agüento mais essa vida”, discutindo com o meu pai, eu entrando no meio também, peguei e saí de casa, fiquei dois dias fora, aí voltei e ela falou: “não, nos vamos separar, onde cê tava? não dá mais” e eu falei: “então beleza”. Aí ela pegou e foi embora, voltou pra cidade dela. Isso foi num domingo, no outro domingo ela bateu as bota.

Três meses após este episódio, os pais de Michel pedem a guarda dos netos e Michel permanece passivo diante do fato:

[E: Faz quanto tempo que seus pais tão com a guarda deles?] Faz 2 anos *[E: Depois do falecimento da mãe?]* É, depois de uns 3 meses que ela faleceu. Ainda porque eu queria levar os dois pra morar com outra mulher

que eu morei, né? Aí minha mãe não quis, aí ficava 15 dias sem ir lá ver, eles levava de 15 em 15 dias ia lá ver.

Retrato 6: Augusto.

Augusto tem 28 anos, no momento exerce a função de servente de pedreiro, mas se denomina floricultor. É pai de dois filhos, de 5 e 1 ano e está em processo de separação conjugal. Foi denunciado por violência física contra a esposa e o filho mais velho pela própria esposa, tendo inclusive sido preso pela agressão. Apresenta o mais sucinto dos relatos, necessitando de um maior nível de participação da entrevistadora através de perguntas para a obtenção de dados relevantes.

É o mais velho de 4 irmãos, sendo apenas a segunda filha do mesmo pai. Foi criado pelo avô materno, que era viúvo. O pai e a mãe de Augusto nunca chegaram a morar juntos, e a mãe passou os primeiros anos da infância do entrevistado trabalhando em São Paulo.

Recebia visitas esporádicas do pai, que geralmente vinha alcoolizado. Augusto enfatiza que apesar do contato mais distante e do pai nunca ter “dado nada”, o respeitava e considerava como pai:

Não, nunca morou, nunca me deu nada, nunca me deu uma bala, um doce, nada. Mesmo assim eu respeitava ele, considerava ele como pai. [*E: Então vocês tinham contato?*] Tinha contato. [*E: Ele vinha ver você?*] Muito difícil ele vim, né? Vinha mais quando tava bêbado, porque ele morreu justamente por causa disso: bebida. O problema dele, ele bebia e não alimentava. Aí quando ele vinha atrás de mim, me procurava pra conversar ele tava bêbado.

Voltando ao presente, Augusto relata que sua esposa resolveu pedir o divórcio devido às agressões físicas deste com ela e os filhos. Apesar da denúncia de violência física do entrevistado contra os filhos, este se refere apenas à violência contra a esposa. O uso de álcool parece ter participação importante no comportamento agressivo de Augusto:

Até que a gente, a gente teve uma briga feia, porque eu... eu tomo minha cervejinha, né? Só que controlado. De uns tempo pra cá não sei o que aconteceu comigo que eu dei uma exagerada na bebida, acabei brigando com ela, sem querer relei a mão nela, tinha um tesourão de jardim, de jardinagem, aqueles grandão, acabei desmontando uma parte dele pra ir em cima dela, a polícia veio, eu tava... tinha bebido, né? Tava inconsciente, eles veio, num sei quem ligou pra polícia, denúncia anônima, eles me tomo essa parte do tesourão, a outra parte tinha ficado comigo mas a outra parte eles não quis devolver. (...) Aí depois de um certo tempo a gente continuo brigando, só que eu relei a mão nela mais uma vez só, não bati. Desse tempo pra cá não relei a mão nela mais só que a gente ta brigando direto porque a gente não combina mais, então por isso que ela resolveu pedir a separação, né?

“Olho por olho, dente por dente?” Ao ser preso pela agressão à esposa, o entrevistado relata que sofreu agressões da polícia enquanto esteve detido:

Passei a noite de sábado pra domingo preso na cadeia, eles me bateu bastante, me machucou, passei mais de uma semana sentindo dor, só que eu tinha (...) tava inconsciente, né? Depois de uns tempo que (...) passei de sábado pra domingo preso na cadeia, aí foi no domingo oito e meia, nove hora da manhã que eles me solto, né?

Em relação ao seu papel de pai, Augusto parece considerá-lo como o de provedor de necessidades materiais, e que ele exerceria bem ao não deixar faltar nada para os filhos, ao não deixar que os filhos passem falta do que ele passou em sua infância. Não inclui em seu discurso outros aspectos da educação, como o contato e as relações entre ele e os filhos:

Pra mim... é importante, né? Procuo manter tudo certinho na medida como eu posso, esses tempo aí ultimamente eu não tava tendo condições porque inventei de comprar um celular, aí não andei tendo muitas condições, né?. Só que se Deus quiser eu desapertando eu quero fazer uma compra boa, essa semana mesmo agora eu já vou comprar uma cesta básica pra aliviar um pouco, semana que vem eu quero fazer uma compra caprichada, pros meus menino eu nunca neguei nada, eu pego leite da... da vizinha aqui, leite de vaca, pego leite dela direto, to devendo, já to devendo 15 real já, que semana passada não deu tempo de pagar.

O papel do pai é muito importante, né? É dar... é dar pra eles aquilo que eu não tive na infância. [*E: E o que foi que você não teve?*] Ah, eu não tive infância, eu não tinha brinquedo, eu não tive liberdade, que é o que eles tem hoje, né? Come, quando tem, do bom e do melhor, né? Compro pra eles danone, essas coisa, bolacha, eu não tinha isso, e hoje na medida do possível que eu tenho eu procuro dar, né? Quando eu posso, quando eu tenho condições, não é toda vez que a gente tem condições de dar. Mas na medida do possível eu procuro dar, não deixo faltar não, só falta quando eu não tenho condições mesmo.

Em relação à disciplina, traz como primeiro elemento a comparação com a esposa, que segundo ele não sabe como conversar. Em um primeiro momento relata usar a “conversa”

como recurso educativo, mas que diante da teimosia do filho acaba tendo que usar o recurso de bater, pois acaba “ficando nervoso”. Augusto faz crítica em relação ao comportamento da esposa, mas não em relação a seu próprio comportamento:

(...) tem que saber conversar, mas se tudo o que ele fizer você for pegar pra bater... eu não bato nele, nesse maiorzinho. Nem no nenezinho, esse maiorzinho pra eu catar ele pra dar um coro nele só se ele me deixar muito nervoso, mas ela não tem paciência toda hora qualquer coisinha tá gritando com ele, ela é assim.*[E: E como você disciplina seus filhos?]* Ah, disciplino do jeito mais correto, né? Evito de bater, logicamente o maior, o nenezinho cê não pode relar a mão de jeito nenhum porque nenezinho não tem força, não tem nada, mas no caso o maior, ele fazendo arte, né? Eu procuro conversar, eu chego chamo a atenção dele, falo: “senta quieto” até ficar quieto. Aí eu vou, vou relevando, até que chega um certo ponto que tá teimando demais e aí não tem jeito. Aí eu sou obrigado a dar um ... ele é muito teimoso. Tá muito teimoso, não obedece mais.

Um outro aspecto relevante desta entrevista é que o entrevistado parece trazer uma visão mais concreta e imediata de sua experiência passada e atual. Isto parece ocorrer tanto em relação aos filhos, quando traz a preocupação apenas com a subsistência, quanto em relação à vida profissional e projetos para o futuro:

[E: E como está a sua satisfação com a vida profissional?] Tá boa. Tô satisfeito.

[E: Você tem algum projeto para o futuro?] No momento não tenho não.

IIIb - Álbum: Os sentidos do vivido, os sentidos do sentido.

Nesta seção apresentaremos o conjunto de dados através dos eixos temáticos mais significativos encontrados, tecendo uma rede de relatos, vivências e significados ora muito semelhantes, ora bastante diversos.

É importante salientar que este conjunto corrobora a idéia de que a experiência vivida é importante, porém, que mais relevante é a forma como o sujeito se apropria destas vivências e dos significados que os fatos assumem, ou seja, a experiência subjetiva que delinea seu passado, presente e perspectivas futuras.

IIIb-1 Infâncias: histórias de seis crianças

Vivência de punições físicas

A única entrevistada que relata não ter recebido punições físicas durante a infância foi Janete, protegida de apanhar por sua deficiência auditiva e motora, a despeito do que não se sentiu tratada com pouca severidade, ou “poupada” de um tratamento mais duro::

Janete (Entrevistada 1): (...) aí em tive um infância muito difícil levei 3 anos pra andar, falar eu não falava já nasci com problema de audição, então a minha infância foi triste triste triste, eu não tenho boas recordações por que eu me lembro que quando eu tinha 8 anos eu era um joguete na mão dos desgrama, que ela tinha que trabalhar pra me ajudar a me sustentar (...) Minha mãe foi muito rígida com a minha educação, muito rígida mesmo, não gostava que respondia, fazia as coisa errada, ela não me batia por causa

do problema que eu tinha mas conversava muito comigo, falava que eu não podia fazer.

De modo geral, as infâncias trazem histórias de surras e castigos, assumindo diferentes significados para os sujeitos. Alguns consideram as práticas de punição física que receberam exageradas e inadequadas:

Michel (ent. 5): Meus pais, era tudo criado assim, meu pai e minha mãe, tudo criado assim no ataque, é no ataque, sabe? Tudo regra... porretada, paulada, entendeu? Pelo contrário com o Guto (filho) não, o Guto eu fui pensando assim, eu dou umas chineladinha nele, dou uma varadinha nele pra ele parar. Minha mãe até falou pra mim que quando meu pai me batia tinha que correr, chamar até o vizinho pra acudir. Eu lembro disso, hein? Lembro como se fosse hoje. *[E: Marcou?]* Ó, faz mais de 20 anos, uai, uns 24 anos. Me pegava no banheiro memo e pá e pá e pá (faz gesto com a mão), ele me bateu até os 15 anos.

Vânia (Ent.3): Mas ela não tinha um pingão de paciência comigo. Ela me batia o tempo inteiro, eu apanhava não sabia por que, tinha umas borrachas dela bater e ela batia. Eu acho que a mesma birra que ela olhava para mim é a mesma birra que eu olho para minha filha, sabe? porque eu não sabia por que ela me batia (...)

Denise (Ent. 4): Eu apanhava muito. *[E: Do pai ou da mãe?]* Dos dois. Muito, muito, muito, muito. Sem roupa, às vezes eu chegava até a fazer xixi na roupa, apanhava de borracha, apanhava de tudo quanto é jeito. De murro, de soco, e às vezes minha mãe chegava, meu pai viajava e chegava e me

batia também. (...) Castigo, surra, pancada, cortar passeio, passar humilhação na frente de pessoas, passei muito na frente de parente, na frente de amigas, apanhei de tudo quanto é jeito. De vara, de fio de ferro, de pau, puxão de cabelo, tudo, tudo que se pode ver e bater e machucar, eu acho que se tivesse conselho tutelar naquela época meu pai e minha mãe teriam perdido minha guarda pra sempre. Porque eu vivia sempre marcada quase todos os dias, marcada de hematoma, de roxo e sangrava o nariz, fazia xixi na roupa, apanhava pelada, ficava trancada dentro do quarto, só saía pra comer, e não brincava, não deixava brincar.

Outros consideram as punições físicas como algo positivo e instrumento eficaz em sua própria educação:

Paulo (Ent. 2): Então quer dizer que a convivência com o meu pai e com a minha mãe, vamos dizer que foi das melhor possível, sempre eu fui educado com um bom dumas palmada, né? Que graças a Deus hoje me fez o que eu sou, né? Eu tenho orgulho de falar isso.

Augusto (Ent. 6): Ah, ele me disciplinava, ele me batia, punha de castigo, me punha ajoelhado em tampinha de garrafa, ajoelhado em cima do feijão.
[E: E como foi isso pra você?] Foi muito bom, porque eu aprendi a disciplina.

O pai: “tão longe, tão perto”

Um outro aspecto relevante que emerge nos relatos é a figura do pai para os entrevistados: todos trazem pais “ausentes”, seja no nível concreto como o caso de Vânia e

Janete que não conheceram seus pais, seja nos casos de Paulo, Michel e Augusto que reclamam de um pai ausente nas relações:

Michel: (...) quando eu chegava em casa a minha mãe tava muito preocupada querendo saber onde eu tava, mas eu nunca respondia, entrava no quarto e ficava lá. Eu acho que isso tudo é porque, eu acho que deve ser carinho por causa de pai, porque não tinha... o pai nunca sentou para conversar com nós.

Paulo: (...) nossa, me deu até um nó na garganta agora, o que eu falo hoje pro meu filho é o seguinte: que ele tá tendo hoje o que eu não tive com meu pai. foi ter conversa, ter os braços abertos. (...) com 40 anos outro dia eu cheguei na casa do meu pai reclamando dele e tal, eu falei: ‘ Poxa vida, eu queria tanto que o senhor tivesse sido meu amigo, de conversar, de contar as coisas, de explicar isso e aquilo, o senhor sempre foi assim: ah não tá precisando de nada’.

Outros entrevistados referem-se à imagem do pai como uma presença marcada pela rigidez e autoridade, sendo figuras definidas pela função disciplinar, distância e punição severa, como no caso de Denise e Michel. Podemos dizer que se trata de uma relação onde o pai é temido e distante afetivamente, não havendo sequer a consideração da possibilidade de comunicação através do diálogo. A forma de comunicação entre pai e filho parece ser a imposição da autoridade através da punição. E assim também parece ter ocorrido com o pai do pai...

Denise: (...) eu peguei mais a rigidez do meu pai, porque meu pai era uma pessoa muito rígida, muito sistemática, também foi criado... depois de tudo

eu fiquei sabendo que o meu pai também foi, coitado ele também não, não teve o que passar muito amor pra mim e pra minha mãe, porque meu avô judiava do meu pai, minha mãe falava, ele era uma criança muito judiada, judiada na roça, uma vida sofrida, lidava com gado, e tomou responsabilidade muito cedo, começou a trabalhar cedo (...)

(...) Me educar, às vezes por uma arte, às vezes por uma coisa que eu não fiz, uma tarefa que eu não fiz, porque responder pro meu pai, jamais, meu pai era uma pessoa muito muito brava, nunca me atrevi a responder pro meu pai.

(...) Então eu ficava meio encolhida, eu ficava um bichinho meio encolhido, porque via meu pai brigar e jamais eu ia chegar no meu pai e pedir um esclarecimento, de jeito nenhum, nossa!

Michel: (...) Quando tinha 16 anos era pior, falava até de querer pegar arma, desse jeito. (...) Porque ele... então ele fala com os neto, minha mãe... por que não conversa comigo? Não sei, tem hora que quando ele tá em casa eu me sinto... sabe... não tem, não tem... pode, pode ter uma festa dentro de casa, eu pego e saio, eu saio, não me sinto bem.(...) Ele é assim, sabe? Muito agitado, ele é muito nervoso, aí qualquer coisa ele xinga, ele me xinga, ele me maltrata, me maltrata.

Um outro aspecto que merece atenção é a figura dos avós, trazida por alguns participantes como a figura familiar adulta mais próxima na infância, seja por ter participado da criação das crianças para os pais poderem trabalhar, como é o caso de Augusto, que relata ter sido criado pelo avô materno, seja como alguém mais próximo afetivamente, como nos casos de Denise e Michel:

Denise: (...) eu era muito agarrada com a minha avó, com a minha avó mãe do meu pai, que é falecida. Com ela assim, eu era muito agarrada porque eu acho assim, que o sentimento de mãe, a paciência que ela teve comigo é o que, o que eu tenho pra passar pros meus filhos hoje, sabe?

Então minha mãe ela trabalhava, o meu pai trabalhava, as minhas tia trabalhava, então quem ficava comigo era a minha avó. (...) ela teve paciência, então ela me criou e ela me deu um amor verdadeiro, sabe? Eu sentia o amor verdadeiro, eu sentia liberdade de conversar quando eu fiquei moça, eu me sentia à vontade de ficar ao lado da minha avó, e quando ela me olhava, às vezes eu era uma criança muito arteira, agitada igual o A. (filho) é, e ela tinha muita paciência comigo, ela não me batia (...)

Michel: Mas eu gostava dela não sei porque, dela eu já gostava, velhinha, eu lembro que eu socava a linha na agulha, buscava um cigarrinho pra ela, ela contava historinha dela, eu achava tão engraçado, ficava até meia noite conversando com ela, faz uns 6 anos que ela morreu. No dia eu não acreditei, eu cheguei e falei: “pô, mas não podia ser eu?”

Avaliação da educação recebida:

Na hora de avaliar a educação recebida, cada entrevistado imprime sua “marca” e história: Janete enfatiza que a educação que recebeu é melhor do que a que consegue oferecer aos filhos hoje, sendo a entrevistada porta-voz das dificuldades dos pais em educar os filhos atualmente:

Janete: Muito boa por sinal, que hoje eu não soube dar pros meus filhos a educação que eu tive, que o tempo todo é difícil demais. (...) e eu queria educar meus filhos da maneira que eu fui educada, mas eu não vejo possibilidade disso hoje por que sem dar umas boas palmada e uma chinelada, que tá difícil (...)

Paulo avalia positivamente, apesar de ter que “descobrir algumas coisas sozinho”, e de sentir o pai mais distante:

Paulo: Com os meus pais? Olha, eu avalio assim, o meu pai como era mais desligado, era a minha mãe que tomava conta de estudo, de educação moral. Eu acho que foi boa, que pra mim foi bom, eu não tive assim, aquele contato de explicar o mundo lá fora, o que é certo e o que é errado, porque eu descobri sozinho, mas eu acho que não foi mal não.

Vânia, Denise e Michel fazem referência a falhas e faltas, as duas primeiras especialmente em relação à proximidade afetiva na relação com os pais. Michel relata apenas que não se sentia bem em casa em função da forma como as relações familiares aconteciam:

Vânia: Ah, foi boa, eu acho que foi boa assim em termos morais, mas não sentimental. *[E: o que você acha que faltou? Que poderia ter sido melhor?]* faltou um pai, uma mãe, uma família. Tudo isso.

Denise: Dos meus pais? *[E: É.]* Regular, regular porque eu aprendi mais com as minhas patroas quando eu comecei a trabalhar, com os meus avós, né? Com a minha professora... *[E: E por que você considera regular?]* Porque eu acho que eles deveriam ter sido mais abertos e mais... ah,

conversar mais comigo, ser mais amigos, mais íntimos. Eles eram muito fechados, não falava, não esclarecia, deixava aquela dúvida no ar, eu perguntava eles desviava o assunto, às vezes ficava com vergonha.

Michel: Ah, eu não lembro, foi... bom, eu era feliz com os meus colegas na rua, dentro de casa eu não me sentia bem não, desde pequeno, não sentia bem não. Até hoje, tô com 39 anos, porque eu saía com meus colega pra brincar, quando chegava me espancava, entendeu? Até hoje ele me maltrata, me xinga.

Augusto relata ter tido uma boa educação, porém, foca-se na educação escolar – profissionalizante, parecendo não se ater muito à avaliação da educação que recebeu na família:

Augusto: A educação foi muito boa, aprendi muita coisa boa, ainda mais quando eu passei a fazer parte da guarda mirim, aprendi mais ainda, né? Aprendi uma profissão, que é floricultor, a minha educação foi boa. *[E: E a criação que você teve, como é que você avalia?]* Como assim? *[E: Porque educação envolve escola, envolve família, né? Mas agora falando mais da família, quem que te educou mais dentro da família?]* O meu avô. *[E: O seu avô, e como você avalia a educação que ele te deu?]* Foi muito boa. Na guarda mirim também aprendi muita coisa, aprendi mais educação, aprendi profissão.

IIIb-2 Reflexões a respeito do próprio papel: pais e mães diante do espelho

Quando convidados a refletir a respeito de seu papel de pai-mãe, o que mais aparece é o aspecto afetivo: “dar amor e carinho, conversar”, seguido pela necessidade de por limites e ensinar valores morais:

Vânia: Mãe tem que educar, tem que dar amor, tem que dar carinho, tem que cuidar, tem que dar tudo o que o filho precisa.

Janete: Eu acho que o papel da mãe, é educar, corrigir, amar, respeitar, saber os limites da criança, até onde ela pode ir, até onde ela não deve ir, não deixar fazer as coisa errada, corrigir com amor, com paciência, por que eles não pediu pra nascer, né, já que nasceram vamos cuidar direitinho (...)

Michel: Ah, que eu sei é... dar carinho para os filhos, brincar, orientar, ver as coisas certas, o que pode e o que não pode, né?

Paulo: Olha, o principal seria esse que eu não tive com meu pai, você ter um diálogo. Principalmente o pai com o filho é necessário ter um diálogo, conversar para expor o que é certo e o que é errado, principalmente. Então é o que eu tenho feito por ele hoje.

Emerge também a tarefa de prover necessidades básicas como alimentação, vestimenta e outros bens materiais. Augusto refere-se apenas a estes aspectos, enquanto Denise dá um “tom afetivo” ao falar dos filhos como prioridade:

Augusto: Pra mim... é importante, né? Procuro manter tudo certinho na medida como eu posso, esses tempo aí ultimamente eu não tava tendo condições (...). Só que se Deus quiser eu desapertando eu quero fazer uma compra boa, essa semana mesmo agora eu já vou comprar uma cesta básica pra aliviar um pouco, semana que vem eu quero fazer uma compra caprichada, pros meus menino eu nunca neguei nada (...)

Denise: O papel da mãe em primeiro lugar é... é pensar no filho depois, antes nela. Ah é tão difícil falar o papel da mãe o que que é, porque pra mim eu acho assim, que meu filho é... é prioridade em tudo quanto é lugar pra mim, em todos os sentidos, numa comida, num passeio, num presente, em tudo. Ser mãe não é assim, é uma coisa... é uma coisa que é por Deus.

Porém, trazem dificuldades na realização da tarefa de dar afeto e limites, seja por dificuldades pessoais na relação com o filho, seja por não poder mais lançar mão do recurso de disciplinar através de punições físicas. É importante destacar que os relatos evidenciam um sentimento de confusão dos pais na forma de exercer seu papel e de escassez de recursos interpessoais para educar o filho.

Janete: É muito mais complicado por que, veja bem, você tem seu filho, ele faz uma coisa errada você fala, ele não ouve, você torna a falar ele não ouve, você vai bater eles te leva lá pra baixo [*E: Lá pra baixo?*] Pro Conselho Tutelar (...)

(...) me fala, como é que você educa um filho hoje em dia? não tem jeito, a educação da criação de hoje tá muito ruim, eu que eu me lembre eu nunca dei trabalho pra minha mãe, e eu nunca apanhei pra obedecer, e eu tento fazer com os meus filhos que eu, eu fui educada, que se eu não apanhei por que doía eu também não vou bater neles por que dói então, não tem jeito, hoje em dia criar um filho na base da conversa não vira.

Paulo: Aí eu chego naquela conclusão: “ será que o problema é comigo? será que alguma coisa de errado eu fiz? ou ele não gosta de mim?” por que de tudo o que a gente explica ou pede para fazer, faz o contrário (...)

Michel: (...) eu saio, passeio com eles, mas eu não entendo nada, quanto mais a gente faz parece que é pior também. Eu levo eles no cinema, no shopping, na praça, jogar bola, mas só que a Tina não é tanto, mas o Guto é demais, eu não sei, parece que, ele... chega uma hora que (...) Então eu saio com ele, vou dar uma volta, mas eu desisto, chega em casa ele pede dinheiro, de vez eu quando eu dou, a vó dá sempre, tira até da goela dela se precisar. Eu tento conversar com ele (...)

Nesse sentido, os pais colocam a interferência da lei, representada por instituições como o Conselho Tutelar como algo que dificulta ainda mais o processo educativo, por “dar poder” ou “estragar” as crianças e não ajudar os pais, apenas puni-los:

Janete: (...) que a maioria das criança hoje tá estragada por causa do Conselho Tutelar, aí chega lá em vez de eles ver o lado da gente e ajudar a gente a educar os filho, não, eles vai pro lado das criança e prejudica a gente. Então é onde você vai corrigir seu filho mais severo, pra mó de virar uma coisa que presta, não tem jeito, que você fala uma vez não escuta, fala outra não escuta aí uma hora você perde a paciência né! Aí vai dar umas chinelada umas correitada já é ameaçada que vai leva você pra baixo.

(...) Foi, por que ela tava muito danada, namoradeira, eu falava pra ela e ela nem aí, eu tornava a falar aí eu peguei meti o coró, bati com vara, vara deixa marca, né? mas não matou, me levou lá, cheguei lá, nossa! quase me bateram lá também (...)

Denise: Que hoje em dia o Estatuto da Infância e Juventude protege muito eles, eles sabem que tem esse poder sobre a gente (...)

Educar é punir? Concepções sobre o educar e formas de disciplinamento utilizadas:

Na mesma direção de alguns aspectos apontados anteriormente, os pais definem “educar” essencialmente como transmitir valores morais e orientar o filho, mostrando-lhe o certo e o errado. Neste momento, aspectos afetivos são mencionados em termos da proximidade do diálogo entre pais e filhos:

Denise: Ah, educar um filho é mostrar pra ele tudo o que é honesto, tudo o que é bom, sadio, o que é direito, que pode e o que não pode, dar amor pra ele saber dar amor, entendeu? É muita coisa, é um assunto muito delicado (...)

Paulo: É preparar ele pra vida. preparar ele para sair pro mundo aí, não dar cabeçada, fazer coisa errada principalmente, né? porque eu digo preparar, ele saiu de mexer com uma pessoa que mexe com droga, com coisa dos outros, roubar, matar, se ele virou uma pessoa que vai respeitar os outros, vai tá fazendo seu serviço honesto eu acho que já é um passo grande que ele já deu, e que se eu preparei ele, se ele não fez aquelas coisas erradas já tá iniciado para tá preparado, eu acho que é por aí .

Michel: (...) educar um filho para mim é dialogar, conversar bastante. (...) educar, orientar coisas boas para eles, educar que eu falo não é bater: “ filho, não é isso, é aquilo” até entrar na cabecinha dele. Educar que eu falo é também ver o colégio que o filho tá, com que ele anda, com quem ele tá envolvido. Mas o importante é conversar, educar, né?

Augusto: Educação, né? O estudo, ensinar ela a crescer, ser uma criança direita, não ser malandra, a gente tem que ensinar o que a gente... a gente não aprendeu, o que a gente aprendeu de errado a gente tem que procurar ensinar o certo, o honesto pra criança.

Janete, permanece em seu papel de porta-voz das dificuldades em educar, enfatizando mais uma vez este aspecto:

Janete: (...) é difícil, tem vez que não dá, você vai educar eles, que por exemplo, uma criança tá junto com você ali sem, vai pra escola com 6 anos, até aquela idade você educou ele do jeitinho que você quis que ele ficasse, aí vai pra escola, aprende outros método, vê uma criança mal educada, pega algumas coisinha, aí chega em casa, você já notou alguma diferença. Aí você vai tirar aquele diferença ele se revolta, então você tem que ver o jeito que você chega, senão não adianta nada. A educação, você educar uma filho hoje é difícil, as vez eu falo pros meus menino: ‘olha, quando vocês casar, pelo amor de Deus, tenho um filho só, porque educação é difícil’. Eu não consigo ver uma parte fácil na educação.

Porém, ao se referirem às formas de disciplinamento que utilizam com os filhos, aparecem contradições, como se a prática e as situações cotidianas exigissem outras ações para se atingir os objetivos da educação, principalmente se a “conversa” não tem o efeito desejado. O uso de palmadas, chineladas e outras formas de punição física está ligado também à forma de conseguir respeito por parte da criança e à “perda da paciência” ou “nervoso” do pai ou da mãe :

Denise: Tem que dar umas palmadinha porque a criança tem que ter respeito.

Augusto: Ah, disciplino do jeito mais correto, né? Evito de bater, logicamente o maior, o nenezinho cê não pode relar a mão de jeito nenhum porque nenezinho não tem força, não tem nada, mas no caso o maior, ele fazendo arte, né? Eu procuro conversar, eu chego chamo a atenção dele, falo: “senta quieto” até ficar quieto. Aí eu vou, vou relevando, até que chega um certo ponto que tá teimando demais e aí não tem jeito. Aí eu sou obrigado a dar um ... ele é muito teimoso. Tá muito teimoso, não obedece mais.

Outro ponto importante é a diferenciação feita entre “bater e espancar”. Alguns participantes que relatam terem sofrido agressão física em grande intensidade e frequência, diferenciam suas experiências de terem sido “espancados” quando crianças de suas experiências com os filhos, fazendo o uso de punição física em menor intensidade para corrigir a criança:

Michel: Não, mas não pra machucar, não era que nem meu pai fazia comigo não, eu te juro perante a Deus, pegava uma chineladinha, uma varinha desse tamanhinho, eu ficava meio nervoso, dava nas perna dele, não pra machucar, dava umas duas: ‘Pára Guto, pára! Vira gente, nossa menino! o quê que eu faço com você?, eu levo você no shopping, faço de tudo pra você, é filme é cinema’, agora eu não tô indo mais não.

Denise: Às vezes assim a gente bate mas não é uma coisa de espancar, porque tem que chegar um ponto, porque a gente fica falando, falando, cansa os pulmão, cansa a saliva, se deixar dorme sem tomar banho, leva tarefa sem

fazer, é bilhete, briga um com o outro de chute, então eles tem que ter respeito com o pai e a mãe, porque se a gente perder as rédeas, aí o mundo lá fora ensina coisa pior, daqui uns dia tá apanhando da polícia.

Reflexões dos pais a respeito do bater:

Alguns entrevistados fazem uma reflexão crítica a respeito do uso da punição física como estratégia educativa, referindo-se à percepção de que tal tipo de estratégia não é eficaz:

Michel: (...) porque criança é o seguinte: ninguém falou isso para mim não, eu juro por Deus, eu mesmo sei disso, se você bate numa criança ele quer bater em outra, ele aprende aquilo (...)

(...) no meu filho eu não bato mais, não adianta, parei com isso aí porque não adianta.

Denise: Não, eu dou... eu corrijo, eu educo, eles tão numa fase, tão entrando na adolescência eles tão assim meio rebelde, porque começa a enfrentar, a professora chama, reclama. Então eu procuro aplicar castigo, que é a melhor maneira, entendeu? Porque bater numa idade dessa revolta muito a criança e eu já apanhei muito, eu já passei por isso, eu sei como é que é.

Paulo: Então eu tenho noção também de coisa errada que eu fiz sobre isso aí, então hoje eu procuro punir ele assim com castigo, não deixando ele fazer alguma coisa que ele quer para poder não tá precisando bater, por que na idade que a não tá na idade de apanhar. Por que eu morro de medo que de uma hora para outra esse moleque fala: “ To indo embora”, sair pro mundo

aí, desandar. Então por isso que eu ainda penso: “ já que eu não devo bater do jeito errado, eu vou procurar bater de jeito nenhum”, né?

Aqui podemos nos perguntar: estes pais e mães que fazem uso do bater estão indo a favor ou contra suas concepções? A punição física parece arraigada como prática educativa, porém, em suas reflexões no momento da entrevista, alguns participantes mencionam que estão percebendo na prática que “ bater não funciona” .

Alguns relatos apontam também para uma reflexão e avaliação a respeito do próprio comportamento, buscando um limite interno ou externo para si mesmos em relação ao bater:

Paulo: E eu também ter a cabeça no lugar para não precisar bater, né? porque tá rapazinho já, tá moço, então bater, eu sempre dei umas cacetadas, peguei uma cinta, bati com um chinelo, mas algumas vezes já bati de mão nele, minha esposa ainda até entrava no meio, pedia para eu não fazer.

Vânia: Eu só batia nela, e muito. Quando ela era menor era do mesmo jeito, mas eu batia tanto nela, eu fico assim pensando porque ninguém fez nada, porque ninguém chamou alguém no começo, quem sabe eu tinha parado.

Preocupações atuais com os filhos

As maiores preocupações em relação aos seus filhos parecem ser em relação à exposição a “perigos do mundo atual”, como drogas, doenças, companhias que os levem tais perigos e falta de emprego:

Janete: Droga, cigarro, doença, essas são as preocupações, que eu acho que todos pais têm, por que você faz um ideal pra eu filho, forma aquele plano pra ele que você idealizou, isso é muito difícil, por que hoje em dia, que nem eu tava falando, a gente fica com vergonha de explica sobre sexo, violência, doença, por que eu não sou de ficar assistindo televisão pra ver o que tá acontecendo lá fora, eu chego cansada da roça.

Paulo: Olha, se tem mais alguma coisa, mas aquele menino o que tava me preocupando no momento é ele está despreparado para enfrentar o emprego, porque com o grau que ele tá na escola, na sexta série com 17 anos, ele não tá preparado para enfrentar um serviço lá fora que precisa de uma datilografia, computação, ele não tá preparado para isso aí e ele vai sofrer muito sem isso aí tudo.

Vânia: Ai, eu tô preocupada assim de, de droga, de doença, isso.

Michel: Medo, medo de colega, mau elemento, é isso. Por que é isso aí que traz, o meu filho enquanto eu estiver vivo, porque eu tenho experiência, sei como é que é, não vai ser. Eu faço de tudo, chamo a polícia, vou atrás. Eles só saem comigo os dois.

O ideal de adulto para o filho: “ser o que eu não pude”

Os principais desejos dos pais e mães para o futuro dos filhos referem-se ao estudo e ao trabalho, como forma de garantir uma realização que os próprios pais não tiveram em seus percursos. Enfatizam que querem que os filhos se tornem adultos diferentes do que eles são, ou que tenham oportunidades e experiências diferentes das que tiveram, seja na área de

escolaridade, profissão ou relacionamentos familiares. Aqui existe uma diferença em relação às prioridades dos pais e das mães para os filhos, sendo que os pais se referem a aspectos profissionais e morais: ser correto e bem sucedido profissionalmente através do estudo:

Michel: (...) cê fala assim, ser alguém assim? Ah, um filho educado, um filho formado, alguém que trabalha num escritório, um doutor, num banco, entendeu? não ser marginalista, marginal, com maus elementos, porque isso é muito triste. Então meu filho... ser um doutor, né? Ter um futuro, é meu sonho, é lógico, um dentista, um advogado.

Augusto: Eu gostaria que ele fosse o mais corretivo possível, não ser nem que nem eu nem que nem a mãe dele, porque a mãe dele é nervosa demais pro meu gosto, eu tenho isso, tomo minha cervejinha, meu cigarro, eu gostaria que ele fosse diferente de mim, né? Que não fumasse, que não bebia, ser mais calmo, não ser nervoso igual a mãe dele, e... ser o que eu não fui, né? Que eu tive que parar cedo de estudar, o principal é isso, porque se estudar cê pode aprender mais, ser alguém na vida.

Já as mães, além dos elementos citados, se referem a expectativas em relação às relações familiares que almejam para os filhos em suas futuras famílias. Nesse momento enfatizam que desejam para os filhos o que elas mesmas não puderam ter:

Vânia: (...) eu queria... eu queria que elas estudassem, casassem com quem elas tivessem... eu quero que elas estudem tem um diploma na mão, eu quero ajudar elas a conseguir esse diploma, quero trabalhar, eu quero que se elas quiserem casar casem, se tiver filhos eu quero ajudar elas a cuidar dos netos, porque a minha mãe não fez isso (choro).

Denise: Ah, eu quero que eles sejam pessoas normais, decentes, responsáveis, carinhosas. Não quero que o meu filho casa e bate na mulher dele, eu quero que ele seja um homem assim, que conversa com a mulher dele, tenha diálogo, coisa que o pai dele não teve comigo, sem bater, sem ofender, sem levar problema pra família, eu quero que minha filha tenha um bom marido, que tanto ela quanto o marido respeitem, eu quero que a cabeça deles, eu quero que eles sejam felizes. Eu quero que eles tenham uma vida totalmente diferente da que eu tive.

IV- DISCUSSÃO

Acreditamos que no momento da discussão podemos tecer os fios dos dados apresentados, buscando uma rede de significados, sentidos atuais e históricos, reflexões que nos permitam compreender o tema estudado, multiplicando-o em algumas respostas e muitas questões.

Diante do universo de informações fornecidas pelos pais e mães em suas entrevistas, a primeira questão que podemos colocar é: como compreender esses pais e mães, que trazem diferentes situações de violência, diferentes níveis de gravidade e diferentes formas de se relacionar com os filhos e de lidar com os recursos educativos? Retomando nosso objetivo, que foi de dar voz às famílias denunciadas, podemos propor alguns eixos de discussão:

A-) Quem fala? Contextualizando as famílias, seu cotidiano e suas relações com a violência:

Algumas considerações a respeito da caracterização dos entrevistados são importantes se queremos compreender de que lugar estes falam. Assim, podemos destacar que todos apresentam grau de escolaridade até o 1º ano do Ensino Médio e renda entre 1 e 2 salários mínimos, podendo ser consideradas famílias de baixa renda ou famílias de camadas populares. Encontram-se na faixa etária entre 30 e 40 anos.

No que se refere ao trabalho, dois entrevistados, Michel e Denise encontram-se afastados, segundo eles, por depressão, sendo sua renda a pensão fornecida pelo Instituto de Previdência Social. Paulo, Vânia, Janete e Augusto exercem funções operárias ou braçais, como trabalho rural, doméstico, construção civil e indústria.

Em relação à situação conjugal, apenas Augusto, está em sua primeira união, mas já em processo de divórcio. Vânia teve duas uniões consensuais, mas no momento sua família poderia ser considerada matrifocal.

Como vimos anteriormente, não se pode reduzir o fenômeno da violência familiar a questões sócio-econômicas, de pobreza ou má distribuição de renda. Porém, não podemos negar que a escassez de recursos básicos de sobrevivência constitui um fator de risco para as famílias em diversos aspectos (GIANINI, LITVOC e ELUF NETO, 1999; GOMES et al, 2002), incluindo os recursos que dispõem para educar seus filhos.

Retomando as idéias de Valsiner e Litvinovic (1996), no que se refere à construção cultural de crenças, concepções e práticas parentais, os autores consideram que tal “acervo etnopsicológico” também depende da estratificação social e da heterogeneização da sociedade.

Assim, a escassez de recursos não se restringe à renda e ao acesso a bens materiais, mas também pode ocorrer em relação aos bens culturais. Durham (1984) aponta a diferença na produção e apropriação de bens culturais pelas diferentes camadas sociais, estando estes em sua maioria à disposição das classes dominantes. Neste sentido, a autora coloca que as classes dominantes são privilegiadas no sentido de terem os recursos, o tempo, o lazer e o treinamento para poder se apropriar dos bens culturais mais elaborados.

A evolução das idéias, da visão da criança e seu desenvolvimento, dos objetivos da educação e dos meios para se atingir tais objetivos podem certamente ser denominados bens culturais. Dessa maneira lança-se a pergunta: como se dá o acesso das classes populares a tais bens culturais?

Durham (1984) coloca que:

As classes populares são privadas desses recursos e têm freqüentemente que produzir elas próprias os bens culturais para seu consumo, de um modo muito mais difícil, muito mais empobrecido e muito

menos cumulativo. A produção cultural das camadas pobres não se arquiva e, portanto, uma vez produzida, pode ser rapidamente perdida. (pp.32)

Porém, mesmo que “empobrecida” ou diferente de segmentos sociais dominantes, existe uma produção cultural destas famílias. Neste sentido, a investigação de suas idéias, e de suas práticas cotidianas para educar seus filhos, remetem ao ideário tradicional de educação, que predominou em nosso contexto até por volta da década de 50 (FIGUEIRA, 1987), lembrando que tal ideário caracteriza-se por uma rígida delimitação de papéis familiares e exacerbada autoridade parental. As regras de conduta são definidas externamente, por valores dicotômicos e maniqueístas, com conceitos de certo e errado muito bem delimitados. Remetem então a objetivos educacionais de conotação moral e a uma naturalização cultural e histórica do bater como estratégia educativa. Devemos lembrar que tais práticas remontam a uma concepção de educação em que a “criança educada” era aquela disciplinada e obediente. No Brasil, tais idéias parecem ter chegado junto com a colonização, através da “Pedagogia Jesuítica” que importou da Europa o modelo de educação que se utilizava de punições corporais para “corrigir a criança” (LONGO, 2005) e que influenciou fortemente as práticas educativas na família.

Retomando as idéias de Durham (1984), se considerarmos as transformações das formas de se ver e se lidar com a criança e os objetivos educacionais, como bens culturais, produto também de contribuições da Psicologia e da Psicanálise através da difusão de idéias e estudos sobre o desenvolvimento infantil, a importância do apego, do brincar, das relações entre pais e filhos entre outras informações (SANTOS, 1986; SILVA NETO, 1988; CALDANA, 1991); podemos considerar que a apropriação destes bens culturais no contexto das pessoas entrevistadas ocorre de maneira diferente, talvez num ritmo mais lento. Dessa maneira, o que predominaria em seu cotidiano é o conhecimento enraizado do passado.

B-) As vozes**B1-) As concepções em si e suas relações com a violência:**

Em relação à natureza, ao contexto e ao nível de violência denunciado, é importante relatar que a expectativa que se tinha antes da coleta de dados era de que todos os casos constituiriam formas graves de agressão dos pais à criança. No entanto, apenas um dos casos pode ser considerado de maior gravidade por acarretar lesões ao corpo da criança, no caso, fratura do braço. Este dado corrobora a posição cada vez mais atual de considerar violência toda modalidade ou ato disciplinar que atinja o corpo da criança ou adolescente (DAY ET AL, 2003).

Neste sentido, além de nos depararmos com diferentes situações de violência, encontramos diferentes posicionamentos dos pais/mães em relação ao uso de punições físicas como práticas educativas. Assim, temos Janete, que parece ter a convicção de que palmadas ou outras formas de punição física constituem estratégias educativas eficazes, sentindo-se tolhida pelas instituições e pela lei, que segundo ela a impedem de exercer seu papel de forma efetiva. Esta seria a forma de conseguir respeito e obediência dos filhos, configurando o estilo parental autoritário, que faz uso de estratégias coercitivas (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; BEM e WAGNER, 2006). A entrevistada coloca que o uso de tais estratégias seria o único jeito de educar que consegue conceber e realizar, não conseguindo conceber outras maneiras de exercer seu papel..

Paulo, apesar de utilizar estratégias coercitivas, se apresenta bastante preocupado com o filho, expressando angústias de não compreender o que se passa com o adolescente e de não saber como agir. Se coloca de maneira reflexiva e auto-crítica situando o uso de punições físicas como o único recurso encontrado na situação, reconhecendo, porém, que são

inadequadas e não levaram ao resultado desejado. A todo momento pede ajuda para encontrar outras maneiras de lidar com o filho.

Entre os participantes, Vânia apresenta-se como o caso mais grave de violência física, tendo espancado a filha a ponto de causar uma fratura no braço da criança. Podemos observar claramente em seu relato que existem elementos que prejudicaram sua relação com a filha mais velha desde a concepção desta. Vânia deixa evidente a diferença de tratamento e disposição afetiva para com a filha mais velha e a mais nova, relatando que o “sentimento de mãe” exerce apenas com a caçula. A entrevistada expressa suas dificuldades, a consciência de que o uso de punições físicas severas é prejudicial para a filha, mas relata com muita angústia que não consegue agir de outra maneira. Aos 30 anos, criando sozinha as duas filhas, evidencia sentimentos de tristeza, abandono e desesperança.

Denise nos mostra o quanto as relações internas da família refletem-se umas nas outras. Tendo os filhos abrigados após uma briga conjugal em função de ameaçar matá-los, no momento da entrevista foca-se nestes fatos, articulando bem seu discurso e parecendo buscar passar uma imagem de normalidade à entrevistadora. Sua fala traz algumas contradições a respeito do uso de punições físicas. Após relatar sua própria história e os episódios de violência física que sofreu em casa, relata que não bate nos filhos. Em outro momento relata que dá umas “chineladas” porque conversar não adianta. Assim como Michel, deixa clara a diferenciação que faz entre bater e espancar, entre o nível de punição física que vivenciou em sua infância e o que utiliza com os filhos, relatando que bate para ter o respeito das crianças e para discipliná-las.

Michel traz alguns pontos semelhantes aos de Denise, como também contradições a respeito do bater. Num primeiro momento nos conta que quando o filho se comporta de determinadas maneiras o deixa nervoso, assim, relata que “dá umas varadinhas” no filho para que ele pare de se comportar daquela maneira. Mais adiante, quando questionado sobre o que

é educar, Michel coloca que não bate mais no filho porque percebeu que não adianta bater, procurando então conversar com este.

Por fim, Augusto, na mesma direção, expressa em sua fala que para se educar uma criança é preciso conversar, mas que o filho está muito teimoso e a conversa não tem efeito, o que o levaria a partir para o uso de punição física. Evidencia desta maneira que “agüenta enquanto pode”, mas que as estratégias coercitivas acabem sendo mais eficazes na educação.

É interessante salientar que a alternativa ao uso da punição física apresentada pelos pais é a “conversa”, mas que colocam tal método como ineficiente, o que justificaria o apelo ao uso de outra estratégia, no caso, bater. Podemos, no entanto, nos perguntar o que significa e como é realizada esta “conversa” a que os pais se referem. Nesta direção, a “conversa” com o filho poderia corresponder a um recurso educativo indutivo (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; BEM e WAGNER, 2006), que indicaria à criança, através da comunicação clara entre ela e o pai ou mãe, as conseqüências de seu comportamento sobre o ambiente, sobre outras pessoas e sobre si mesma, fazendo-a refletir sobre os aspectos lógicos da situação. Seria uma forma de colocar a criança como responsável pelas conseqüências de seus atos e incentivar a empatia com as outras pessoas.

No entanto, retomando a questão do que os participantes consideram como “conversa” com o filho, o que aparece em seus relatos são ordens dirigidas à criança como: “para menino”, “senta quieto”, “vá tomar banho”, entre outras. Neste contexto, nos perguntamos se a conversa a que os pais se referem não seria uma prática autoritária travestida de uma linguagem democrática, o que nos remete às formas de comunicação entre pais e filhos, aos estilos parentais e às praticas educativas utilizadas em cada um deles.

Os dados sugerem que, apesar dos discursos dos pais a respeito de suas concepções sobre o que é educar e de seu papel neste processo educativo, trazerem elementos como a proximidade afetiva, a comunicação e a orientação, traduzidos em expressões como: “dar

amor e carinho”, “ter diálogo”, “orientar sobre o que pode e o que não pode”, nas situações práticas o que acaba prevalecendo são estratégias coercitivas, que configuram estilos parentais autoritários.

Assim, apresentam inconsistências entre as concepções trazidas, que parecem estar relacionadas por um lado, a um ideário mais moderno e individualista ou igualitário (FIGUEIRA, 1987), onde se considera a individualidade e a criança como sujeito; e a vivência de situações cotidianas, que parece remeter os pais ao uso de práticas mais conhecidas para estes, que estariam mais relacionadas ao ideário tradicional de autoridade, respeito e obediência.

Retomando nosso material de análise, podemos observar que, no que se refere a idéias, os relatos dos entrevistados são muito semelhantes pela presença de concepções calcadas no modelo igualitário de relações familiares; porém as descrições sugerem que suas atitudes não acompanham este ideário, afinando-se mais de perto a concepções tradicionais de educação de filhos.

Dessa maneira, se as concepções “atualizadas” de educação da criança na família ainda não se traduzem em práticas, e os pais no papel de educadores na “vida real” recorrem a estratégias “tradicionais” como o bater, é importante mais uma vez refletirmos sobre a naturalização cultural e histórica de punições físicas como estratégias educativas utilizadas com a criança.

Levando-se em consideração que as crenças parentais, a construção social do papel de pai e de mãe e suas práticas como educadores passam por um crivo cultural do que é permitido e o que não é (VALSINER e LITVINOVIC, 1996), podemos dizer que a punição corporal pertenceu ao que era permitido e até desejável em termos de educação de crianças na família, e que em alguns contextos ainda pertence, principalmente quando recursos oferecidos por

outros ideários que circulam na cultura atual - como o diálogo e a proximidade com o filho – são experienciados pelos pais como não tendo efeito educativo e disciplinador.

Em termos de transformação de valores, condutas e ideário, podemos dizer que se trata de um processo lento e não linear (FIGUEIRA, 1987). Neste sentido, ações com as famílias por parte de políticas e estratégias de intervenção podem auxiliá-las neste processo, ajudando-as a integrar discurso e prática na tarefa de educar os filhos, por meio do acesso aos elementos que permitem uma compreensão mais completa do que seria um modelo indutivo de educação, em termos da utilização de recursos alternativos às punições físicas, bem como da compreensão de como ocorre o processo de educação, ao longo do tempo, no interjogo entre atitudes de quem educa e respostas da criança.

B2-) Singularidades e suas relações com a violência:

Se no tocante às idéias e concepções parentais a respeito do educar, os relatos dos entrevistados são muito semelhantes, algumas singularidades em relação às situações de violência merecem ser consideradas.

Buscando compreender a violência no contexto específico de cada caso, Janete, Paulo, Denise e Michel parecem apresentar situações semelhantes, onde se percebe a presença do ideário tradicional aliada a fatores do contexto, trazendo a punição física como instrumento educativo e forma de modificar comportamentos indesejáveis da criança, conseguir respeito e disciplinamento moral.

Vânia apresenta uma situação diferenciada, onde o bater é quantitativa e qualitativamente diferente, e podemos apontar elementos que contribuem para a situação que vão muito além do ideário. Sua relação com a filha vitimizada apresenta dificuldades severas desde a

concepção da criança, e é carregada de afetos negativos que colocam ambas em sofrimento e em situação que pede ajuda especial.

A situação de Augusto também extrapola questões de ideário, apresentando fatores específicos como alcoolismo e agressões recorrentes à esposa, o que nos faz pensar na agressão contra os filhos como mais um lugar de manifestação de um padrão mais geral.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao contexto atual das famílias, é interessante observar que quando se trata de definir fatores de risco para a violência física doméstica, o isolamento social das famílias ou a falta de uma rede de apoio social aparece em primeiro lugar (ETHIER, COUTURE e LACHARITÉ, 2004; CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003; SANTOS, 2002). Esta consideração nos permite pensar que se pretendemos intervir de forma eficaz junto ao problema da violência doméstica, que constitui uma questão de saúde pública em nosso país, devemos priorizar estratégias de intervenção pautadas na prevenção e estruturação de redes de apoio social às famílias, através de serviços especializados da rede pública, nos aparelhos de diferentes áreas como saúde, educação e desenvolvimento social (CECCONELLO, DE ANTONI E KOLLER, 2003).

Nossa posição, no entanto, é de que para que tais intervenções sejam efetivas, é necessário que aconteçam levando em consideração todo o universo cultural dos pais, partindo de seu acervo de concepções e práticas (GOMES SZYMANSKI, 1994), oferecendo espaços de reflexão e troca, como também apresentando novas formas de significar tais elementos.

Esta talvez constitua uma maneira de deixar o solo fértil para novas idéias, informações a respeito do desenvolvimento da criança, do papel dos educadores neste desenvolvimento, de objetivos a serem alcançados e ferramentas a serem utilizadas no cotidiano onde se desenrola o processo educativo, no espaço onde a família se encontra e no encontro das relações. Buscando assim, oferecer novas possibilidades de encontro, de contato e de qualidade afetiva e assertiva nas relações entre suas crianças e seus adultos.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. *História Oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ÀRIES, P. *História Social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, S.G. Crescendo em meio à violência. In: WESTPHAL, M.F. *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002

AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, V.6, n.1, 63-72, 2001.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

BEM, L.A. & WAGNER, W. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, Maringá. V.11, n.1: 63-71, 2006.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal-Porto: Porto Editora, 1994.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, (s.d.), 1977.

BECKER, M.J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.

BEEZLEY, P. J. (1989) Modernas opções de tratamento. In AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Família e Socialização: processos, modelos e momentos. Ribeirão Preto: Tese (Livre Docência) -FFCLRP/USP, 1995.

_____, DIAS-DA-SILVA, M. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista. *Paidéia-Cadernos de Educação da FFCL-RP USP*, 2:61-9, 1992.

_____, CALDANA, R.H.L. & DIAS-DA-SILVA, M.H.G. Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. *Revista Brasileira do Centro de Desenvolvimento Humano*, 7(1), 49-62, 1997.

CACCIA-BAVA, M.C.G. *Violência Doméstica no Município de Ribeirão Preto: Dando Visibilidade para a Construção de Políticas Públicas – Relato de Experiência*. Anais do VIII Congresso Paulista de Saúde Pública – Re-vendo Teorias e Práticas. Ribeirão Preto – S.P, 2003.

CALDANA, R.H.L. *Família: mulher e filhos. Três momentos numa revista católica brasileira (1935 a 1988)*. São Carlos, Dissertação (Mestrado) - CECH/UFSCar, 1991.

_____ Interdisciplinaridade e a orientação do educador. *Paidéia- Cadernos de Educação da FFCL RP- USP*. 7, Ribeirão Preto: Legis Summa. p. 11-18, 1994.

_____ *Ser criança no início do século: alguns retratos e suas lições*. São Carlos: Tese (Doutorado) - CECH/UFSCar, 1998.

CARVALHO, M.C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.

CECCONELLO, A.M.; DE ANTONI, C. e KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá. 8: 45-54, 2003.

COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

DEBERT, G. Problemas relativos a utilização da história de vida e a história oral In: CARDOSO, R. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 141-56, 1986.

DAY, V.P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre. 1: 9-21, abril de 2003.

DIAS-DA-SILVA, M.H.G. *A educação dos filhos pequenos nos últimos cinquenta anos: a busca do melhor?* São Paulo: Dissertação (Mestrado) - IP/USP, 1986.

DURHAM, E.R. Texto II. In: ARANTES, A.A. (org). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, p. 23 – 58, 1984.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – Lei Federal nº 8069 de 1990.

ETHIER, L.S., COUTURE, G., LACHARITÉ, C. Risk Factors Associated with the Chronicity of High Potential for Child Abuse and Neglect. *Journal of Family Violence*, Vol. 19, nº 1, February 2004, p.13 – 24. (Electronic Library)

FIGUEIRA, S. A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: RIBEIRO, I. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, p. 11-30, 1987.

GUERRA, V.N.A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIANINI, R.J.; LITVOC, J.; ELUF NETO, J. Agressão Física e Classe Social. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 33 (2): 180 – 6, 1999.

GIOVANNONI, J. Definitional issues in child maltreatment. In: CICCHETTI, D. e CARLSON, V. (org.) *Child Maltreatment theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. University of Cambridge, NY, 1993.

GOMES, J.V. *Socialização: um estudo em famílias de migrantes em bairros periféricos de São Paulo*. São Paulo: Tese (Doutorado) IP/USP, 1987.

GOMES, R. et al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18 (3). 707-714, mai-jun, 2002.

GOMES SZYMANSKI, H. Educação para a família: uma proposta de trabalho preventivo. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 1, 34-39, 1994.

GOODNOW, J. J.; COLLINS, F. From household practices to parent’s ideas about work and interpersonal relationships. In: HARKNESS, S. *Parent’s cultural belief systems: their origins, expressions and consequences*. New York: The Guilford Press, 1996

_____. Parents’ Ideas, Actions and Feelings: Models and Methods from Developmental and Social Psychology, In: *Child Development*, 59, 286-320, 1988.

KAPLAN, S. J. *Family Violence: A Clinical and Legal Guide*. Washington D.C.: American Psychiatry Press, 1996.

LIGHTFOOT, C; VALSINER, J. Parental Belief Systems Under the Influence: Social Guidance of Construction of Personal Cultures. In: SIGEL, I. E., McGillicuddy-de Lisi, A. V. & Goodnow, J. J. *Parental Belief Systems: the Psychological Consequences for Children*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1992.

LONGO, C.S. Ética disciplinar e punições corporais na infância. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, 16 (4). 99-119, 2005.

MATIAS, A.S.A; BAZON, M. R. *Violência Doméstica contra crianças e adolescentes: a ótica dos atores*. Monografia de Conclusão do Programa de Bacharelado Especial em Pesquisa. Departamento de Psicologia e Educação FFCL-RP – USP, 2002.

MEIHY, J.C.S.B. *Definindo história oral e memória*. Cadernos CERU, n.5, série 2, p.52-60, 1994.

MILLER, S.A. Parents' Beliefs about Children's Cognitive Development. In *Child Development*, 59, p. 259-285, 1988.

MINAYO, M.C.S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M.F.(org.) *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.

NEVES, A.S. *A violência física de pais e mães contra filhos: cenário, história e subjetividade*. Ribeirão Preto: Tese (Doutorado) - FFCLRP – USP, 2004.

NEWSON, T.; NEWSON, E. Cultural Aspects of Childrearing in the English-Speaking world. In: PALACIOS, J. *Parents' Ideas About Development and Education of Their Children. Answers to Some Questions. International Journal of Behavioral Development*, 13 (2), 137-155, 1990.

OLIVEIRA, T.T.S.S.; CALDANA, R.H.L. *Mães Psicólogas ou Psicólogas Mães: Vicissitudes na Educação dos Filhos*. Monografia de Conclusão do Programa de Bacharelado Especial em Pesquisa. Departamento de Psicologia e Educação FFCLRP – USP, 2000.

PEREIRA, J. M. *A adoção tardia frente aos desafios na garantia do direito à convivência familiar*. Brasília: Dissertação (Mestrado) – UNB, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. *Ciência e Cultura*, v.39, n.3, p.272 – 286, 1987.

SANTOS, M.C.C.L. Raízes da violência na criança e danos psíquicos. In: WESTPHAL, M.F.(org.) *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, R.C. A falsa Dicotomia Qualitativo – Quantitativo: Paradigmas que Informam nossas Práticas de Pesquisas. In: ROMANELLI, G. (org.) *Diálogos Metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

SANTOS, T.C. De Dona Letícia a Carmem da Silva: As revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher. In: RIBEIRO, I. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SILVA NETO, N.A. *Fragmentos da Metamorfose: Cuidado Materno e Cuidado Psicoterapêutico*. São Paulo: Edusp, 1988.

TAKASHIMA, G. M. K. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.

VALSINER, J. & LITVINOVIC, G. Process of generalization in parental reasoning. In: HARKNESS, S. *Parent’s cultural belief systems: their origins, expressions and consequences*. New York: The Guilford Press, 1996.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.

WINCKLER, C. R. *Pornografia e sexualidade no Brasil: da repressão a dessublimação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

ZAGURY, T. *Sem Padecer no Paraíso: em Defesa dos Pais ou sobre a Tirania dos Filhos*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ZIGLER, E.; HALL, N.W. Physical child abuse in America: past, present and future. In: CICCHETTI, D.; CARLSON, V. (org.) *Child Maltreatment theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. University of Cambridge, NY, 1993.

VII – ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de Tópicos Norteadores e Complementares

I - Dados de identificação

Nome:	Data de nascimento:
Estado Civil:	Profissão:
Nº de filhos:	Renda:

II - Relato Livre da História de Vida

III - Tópicos Norteadores e Complementares

1) A própria educação

- Como foi a criação recebida, em termos gerais
- Percepção sobre os pais ou figuras substitutas
- Formas de disciplinamento aplicadas pelos pais
- Uso de punições físicas pelos pais
- Avaliação da educação recebida. O que poderia ter sido diferente

2) Maternidade/ Paternidade

- Qual é o papel da mãe/pai?
- Momento em que nasceram os filhos
- Cuidado concreto com os filhos – descrição
- Interação com os filhos - descrição
- Formas de disciplinamento
- Conciliação com o trabalho e divisão das tarefas entre o casal
- Idéias e expectativas a respeito de educação de filhos anteriores e as mudanças com a experiência

3) Criança

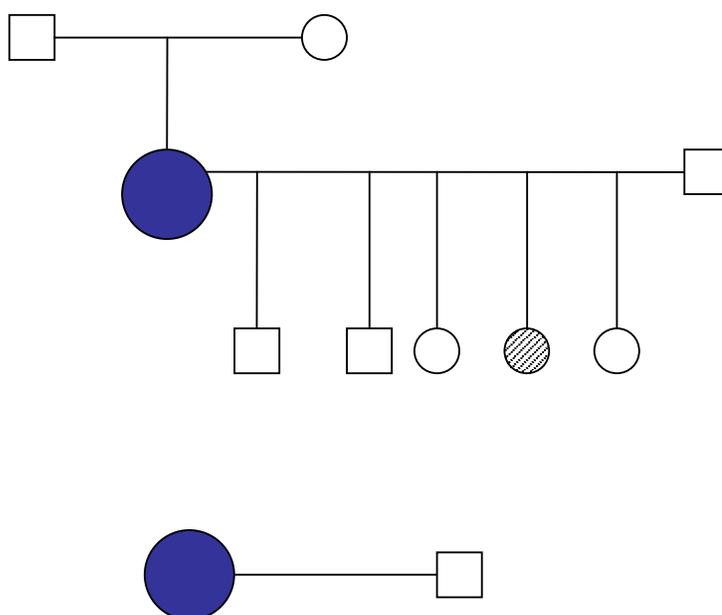
- O que é importante para a criança se desenvolver
- Como o comportamento como pai/mãe pode influenciar nesse desenvolvimento
- Como gostaria que o filho fosse quando se tornar adulto.

4) Educação de filhos

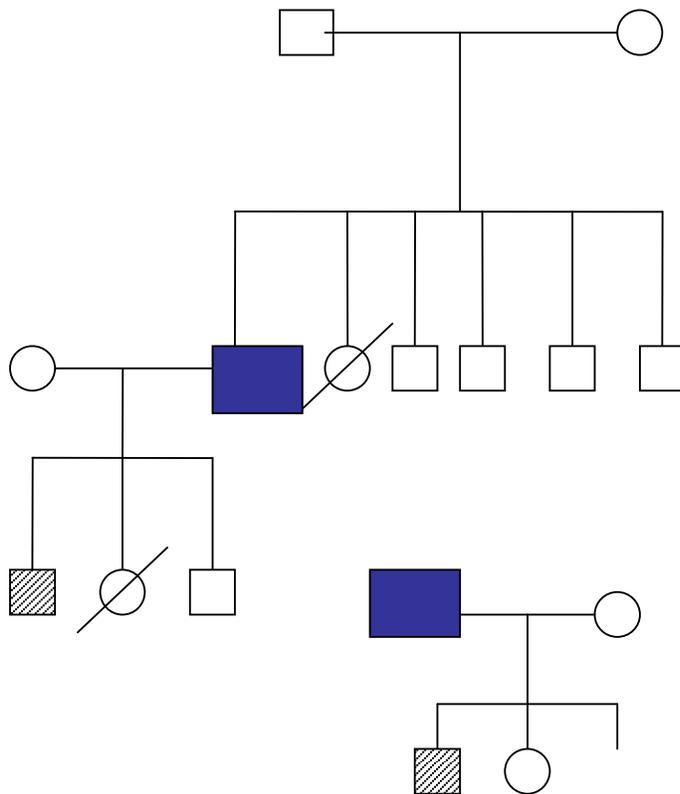
- O que é educar um filho?
- Maiores preocupações atuais com os filhos

5) Cotidiano atual

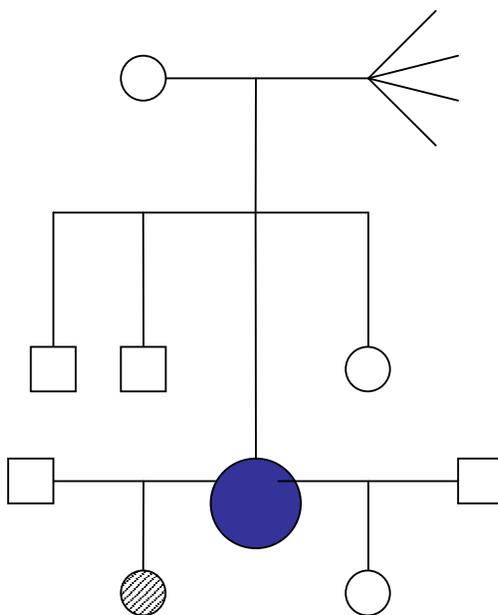
- Vida profissional
- Vida familiar
- Vida social
- Lazer

ANEXO B: Genetogramas**Genetograma 1: Janete**

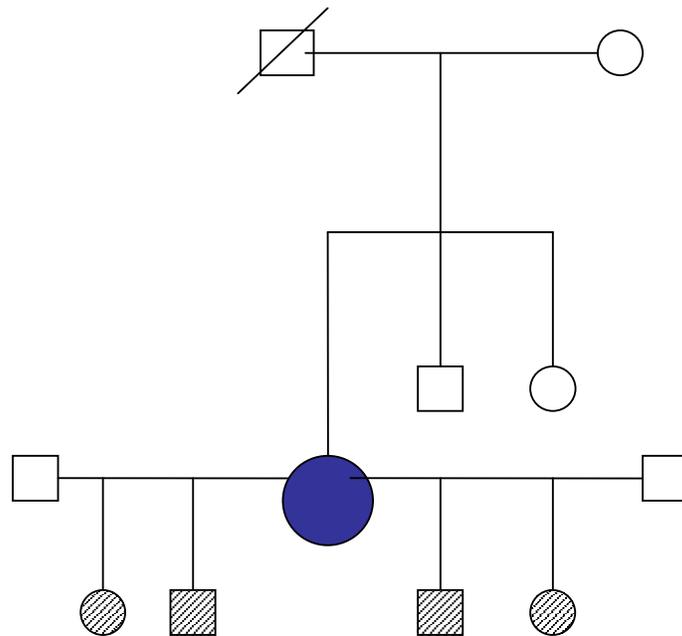
Janete: Filhos com o primeiro marido. Segunda união atual. Adolescente agredida: 4ª filha, 15 anos.

Genetograma 2: Paulo

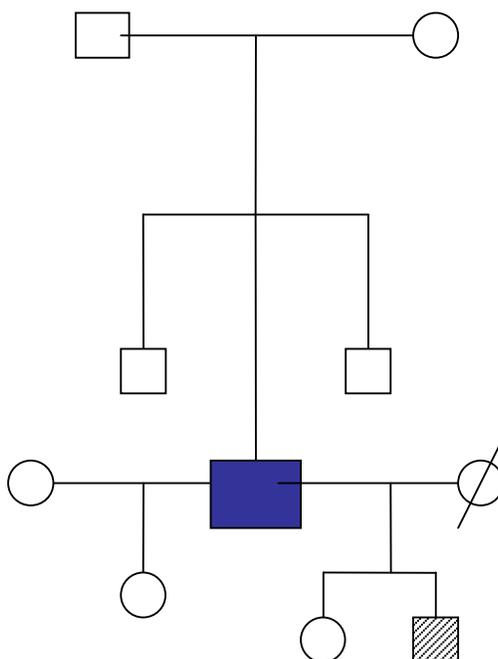
Paulo: Família atual: segunda esposa, filho mais velho e casal de filhos da esposa.
Adolescente agredido: filho mais velho, 17 anos.

Genetograma 3: Vânia

Vânia: Irmãos de pais diferentes. Criança agredida: filha mais velha, 13 anos.

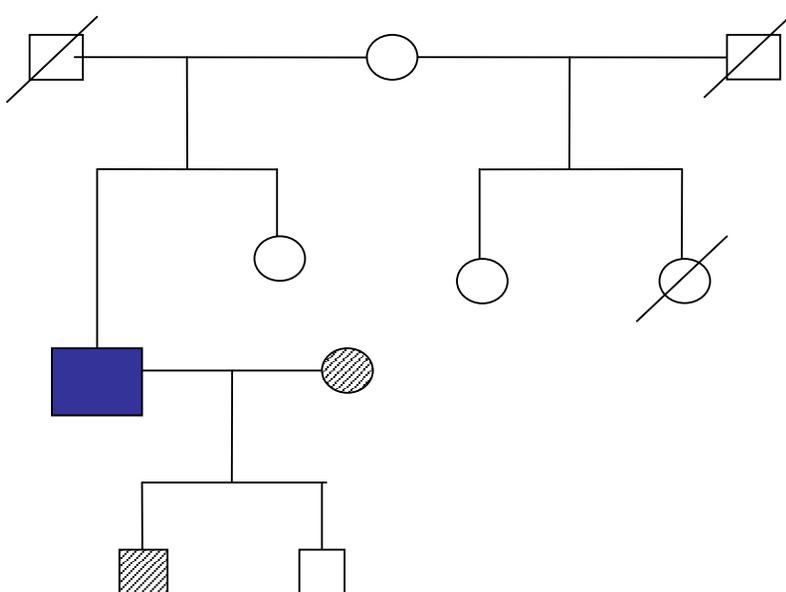
Genetograma 4: Denise

Denise: Denúncia por agressão aos 4 filhos.

Genetograma 5: Michel

Michel : Agressão ao filho mais novo, 7 anos.

Genetograma 6: Augusto



Augusto: Agressão à esposa e ao filho mais velho, 5 anos.

ANEXO C: Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP – USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Of.CEtP/043/2005 – 16/06/2005

Senhor(a) Pesquisador(a):

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "EDUCAR É PUNIR? COMPREENDENDO PONTOS DE VISTA DE PAIS DENUNCIADOS POR VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA SEUS FILHOS" foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 43ª Reunião Ordinária realizada em 16/06/2005, e enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 184/2005 – 2005.1.491.59.0

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dra. Eucia Beatriz Lopes Petean
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FFCLRP-USP

Ilustríssimo Senhor
THAÍS TOMÉ SENI DA SILVA E OLIVEIRA
Aluno do Programa de PG em Psicologia desta FFCLRP

C.C.: Prof. Dra. **REGINA HELENA LIMA CALDANA**

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ concordo em participar do projeto de pesquisa **“Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra os filhos”** desenvolvido por *Thais Oliveira* sob orientação da *Profª Drª Regina Helena Lima Caldana*, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, que deverá se constituir em uma Dissertação de Mestrado.

Sei que este trabalho tem o objetivo investigar o que eu sei, o que eu penso e minhas experiências na criação e educação dos filhos. Mais especificamente, que pretende saber a opinião de pais e mães que usam punições físicas para com os filhos.

Sei que serão feitas entrevistas com pais e mães que estejam sendo atendidos pelo Conselho Tutelar de Barretos - SP. As entrevistas serão feitas através do modelo chamado História de Vida, que permite entender as opiniões dos pais e mães sobre a educação de filhos dentro da história de vida do pai ou da mãe.

Concordo em ser entrevistado e sei que a pesquisadora precisa gravar minha entrevista e depois escrevê-la no papel para analisar o conjunto de todas as entrevistas. Sei também que meu nome não aparecerá em lugar nenhum e ninguém saberá que sou eu a pessoa entrevistada. E também que as únicas pessoas que terão contato com minha entrevista serão as pesquisadoras Thaís e Regina, e que não a usarão para nada além deste estudo.

Sei que posso interromper minha participação a qualquer hora, inclusive retirando a autorização para a utilização das informações que ofereço. Sei também que a participação na pesquisa não terá nenhum risco ou me trará benefícios diretos.

Ribeirão Preto ____ de _____ de 2005

pessoa entrevistada

Thais Thomé Seni S. e Oliveira
pesquisadora

Thaís Thomé Seni S. e Oliveira – Pós-graduanda em Psicologia – FFCLRP – USP
Endereço: Av. dos Bandeirantes nº 3900 – Departamento de Psicologia - USP Ribeirão Preto – SP
Telefone para contato: (16) 91181718